



Anais da Assembléia

Nº 178

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 09 DE DEZEMBRO DE 1992

ANO XVIII

MESA DIRETORA

ANIBAL KHURY

Presidente - PTB

ALGACI TÚLIO

1º Vice-Presidente - PDT

HEINZ GEORG HERWIG

2º Vice-Presidente - PSDB

JOÃO BATISTA DE ARRUDA

1º Secretário - PFL

ADEMAR LUIZ TRAIANO

2º Secretário - PTB

DALTON MACHUCA

3º Secretário - PL

LOURENÇO FREGONESE

4º Secretário - PRN

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo Deputado ORLANDO PESSUTI
PRN Deputado NELSON ROBERTO DE PLÁCIDO E SILVA JUSTUS
PFL Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
PDT Deputado PAULO MAIA
PTB Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB Deputado ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI
PT Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)
PL Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PST Deputado GERALDO CARTÁRIO

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 12: Arlindo Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Dobrandino Gustavo da Silva - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - • Eurides Moura - • José Tavares da Silva Neto - • Oswaldo Trevisan - **Suplentes:** Luiz H. Bona Turra - Nereu Alves de Moura; **PST - 8:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti; **PRN - 04:** Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Luiz Rossoni - Lourenço Fregonese - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus; **PFL - 08:** Antônio Costenaro Neto - João Batista de Arruda - Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duffio Genari - Plauto Miró Guimarães - Luiz Antonio Penteado Setti - Nelson Garcia - **Suplentes PFL e PRN:** Júlio Bufon - José da Silva Reis - Voldimir Mirão Mais-trovicz; **PDT - 06:** César Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Rafael Valdomiro Greca de Macedo - Algaci Osmário Túlio - Albino Corazza Neto - Paulo Maia de Oliveira - **Suplentes:** Namir A. Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Valderi Mendes Vilela; **PTB - 06:** Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - João Falavinha Iensen - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada - Aldemir João Manfron; **PSDB - 04:** Antônio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão - Alceu Antonio Swarowski - **Suplentes:** Tadeu Lúcio Machado - José Boiko - Paulino José Delazeri; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Emani Pudell (Licenciado) - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - • Lygia Lumina Pupatto - **Suplentes:** Perides de H. Mello; **PL - 03:** José Colombino Grassano - Dalton Machuca - Carlos Xavier Simões - **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha. **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo. -
(•) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA
ATA DA 122ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 09 DE DEZEMBRO DE 1992
(QUARTA-FEIRA)**

Presidência do Senhor Deputado Hermas Brandão, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Aníbal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Elio Rusch, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, João Iensen, João Preis, José Alves, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Henrique Bona Turra, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (51). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Colombino Grassano e José Arthur Ritti (02). Em licença o Senhor Deputado Rafael Greca de Macedo (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETARIO - procede à leitura das Atas das sessões anteriores, as quais são aprovadas sem observações.

O SR. 1º SECRETARIO - procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2047

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei nº 420/92, que revoga as Leis nº 3.888/59 e 4.841/64,

referentes a autorização do Poder Executivo de doar à União os terrenos destinados à construção e instalação do Colégio Militar de Curitiba.

Sala das Sessões, em 09.12.92.

(a) LOURENÇO FREGONESE

REQUERIMENTO Nº 2048

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, preferência de votação para o Projeto de Lei nº 262/92, após o 1º item da pauta.

Sala das Sessões, em 09.12.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2020

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª Discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 09.12.92.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2051

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER seja retirado de pauta, por dez (10) sessões, o Projeto de Lei nº 370/92, que institui normas para a venda de óleos combustíveis em lojas, supermercados etc.

Sala das Sessões, em 09.12.92.

(a) MARIO BEZERRA

JUSTIFICATIVA:

A venda de óleos combustíveis em lojas, supermercados etc, no Estado do Paraná, deve merecer um estudo mais aprofundado, uma vez que existem suspeitas de prejuízo aos consumidores em relação a tais derivados de petróleo, caso o projeto seja aprovado da forma como se encontra.

REQUERIMENTO Nº 2023

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de atribuições regimentais, REQUER, respeitado o douto Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 524/91, de sua autoria.

Sala das Sessões, em 09.12.92.

(a) JOAO ARRUDA

REQUERIMENTO Nº 2054

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER, após ouvido o Plenário, seja arquivada a Emenda nº 01, de 03.12.92, de nossa autoria, apresentada ao Projeto de Lei nº 259/92.

Sala das Sessões, em 09.12.92.

(a) CLEITON KIELSE

REQUERIMENTO Nº 2042

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando das atribuições contidas no § 2º do artigo 175, do Regimento Interno, REQUER a diminuição do interstício para a realização de uma Sessão Extraordinária, logo após a presente sessão, para apreciação dos Projetos de Lei nºs: 592/91, 262/92, 259/92, 337/92, 376/92, 383/92, 394/92, 403/92 e 409/92, bem como a votação do Projeto de Lei Complementar nº 125/92.

Sala das Sessões, em 09.12.92.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2053

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo art. 107 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, REQUER a constituição de Comissão Geral de Plenário para apreciação do Substitutivo Geral de Plenário ao Projeto de Lei nº 592/91.

Sala das Sessões, em 09.12.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

Apoio: Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Costenaro Neto, Luiz Antonio Setti, José Alves, João Iensen, Oswaldo Trevisan, Geraldo Cartário, Duílio Genari, Domingos Carvalho, Luiz Henrique Bona Turra, Nilton Barboza, Edson Silva Lino, Severino Félix, Nelson Garcia, Cleiton Kielse, Renato Adur, Toti Colaço, Erondy Silvério, Eurides Moura e Dobrandino da Silva.

REQUERIMENTO Nº 2052

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, e especialmente com base no disposto no artigo 35 do Regimento Interno, a Constituição da Assembleia em Comissão Geral no dia 10 de dezembro de 1992, às 14h30m, para apreciar o Projeto de Lei nº 420/92, que revoga as Leis nºs 3.888/59 e 4.841/64, referentes a autorização do Poder Executivo de doar à União os terrenos destinados à construção e instalação do Colégio Militar de Curitiba.

Sala das Sessões, em 09.12.92.

(a) JOAO ARRUDA

Apoio: Algaci Túlio, Renato Adur, Hermas Brandão, Lourenço Fregonese, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Albino Corazza, Duílio Genari, José Alves, Nelson Justus,

Nelson Garcia, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Domingos Carvalho, João Iensen, Mário Bezerra, Heinz Herwig, Emilia Belinati e Paulo Maia.

REQUERIMENTO Nº 2055

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no inciso VII do art. 130, do Regimento Interno deste Poder Legislativo, REQUER manifestação desta douta Presidência sobre ato praticado pelo Deputado Cleiton Crisóstomo (PMDB), em 02 de dezembro do corrente ano, no Comitê de Imprensa, anexo ao Plenário desta Casa de Leis, que segundo a ótica do proponente, aquele Parlamentar infringiu a disposição do art. 240, parágrafo 2º, inciso II do aludido diploma legal.

Outrossim, pede apuração sobre os fatos, resultantes da agressão, bem como a adoção de medidas disciplinares previstas no Regimento, a fim de que atos contrários a dignidade parlamentar não se perpetuem, sob estímulo da impunidade. Para facilitar o início da apuração, anexa cópia da matéria publicada na "Folha de Londrina" sobre o assunto.

Sala das Sessões, em 09.12.92.

(a) DOUTOR ROSINHA

Apoio: Ovídio Constantino e Ernani Pudell.

REQUERIMENTO Nº 2021

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos Trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Dartagnan de Melo Sá, ocorrido no dia 07.12.92.

Sala das Sessões, em 09.12.92.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Com a idade de 64 anos faleceu, o Senhor Dartagnan de Melo Sá, deixando viúva a Senhora Leda e 07 filhos.

Pertencente a tradicional família do Sudoeste do Paraná, Dartagnan de Melo Sá deixa enorme lacuna não apenas no seio da família, mas entre seu vasto círculo de amigos entre os quais, este Deputado.

O destino privou seus familiares de seu convívio, entretanto, no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos: sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de seu servo Dartagnan.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nossos corações a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Deputado cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família de Melo Sã, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 2040

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, votos de pesar pelo falecimento do Senhor Ricardo Bechtold, ocorrido no dia 8 de dezembro do corrente ano, na Cidade de Ponta Grossa, no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 09.12.92.

(a) DOMINGOS CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

No dia 8 de dezembro de 1992, faleceu o Senhor Ricardo Bechtold, na cidade de Ponta Grossa - Pr; seu passamento veio abrir uma enorme lacuna no seio de sua família, bem como da maioria da população castrense. Pois, é do conhecimento de todos a grande contribuição sócio-econômico, que deu a população de Castro e Região, durante os mais de 15 anos que atuou como Diretor Presidente da Fábrica de Pincéis Tupi, que hoje graças ao seu brilhante desempenho gera mais de quatrocentos empregos e divisas para nosso Município.

REQUERIMENTO Nº 2041

Senhor Presidente.

O Deputado que presente subscreve, no uso de atribuições regimentais, REQUER, após ouvido Plenário, seja incluído nos Anais desta Casa, voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Itália Cautiero Franco, genitora do presidente em exercício Sr. Itamar Franco, ocorrido nesta data em Juiz de Fora em Minas Gerais. Dona Itália foi um exemplo de mãe extremosa, que viúva ainda na mocidade, criou e educou seus filhos órfãos, encaminhando-os para a vida útil; sendo que um deles, o engenheiro Itamar Franco se tornou o atual Presidente da República.

Sala das Sessões, em 09.12.92.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO Nº 2045

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, e após aprovado pelo douto Plenário, REQUEREM voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Antonio Peres, sogro do ilustre Deputado Basílio Zanusso, integrante desta Casa, ocorrido em 06 de dezembro passado.

O extinto era casado com Dna. Antonia

Peres e tinha 07 filhos. Morador de José do Rio Preto, o Sr. Antonio era fazendeiro na região possuindo grande influência junto a comunidade.

Sala das Sessões, em 09.12.92.

(aa) ELIO RUSCH, NELSON GARCIA, COSTENARO NETO, JOAO ARRUDA, DUILIO GENARI E PLAUTO MIRO GUIMARAES.

REQUERIMENTO Nº 2015

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas funções regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Votos de Congratulações pela passagem do 37º aniversário de emancipação política do Município de Cândido de Abreu, em 22 de dezembro próximo.

Sala das Sessões, em 09.12.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2016

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Votos de Congratulações pela passagem do 40º aniversário de emancipação política do município de Marilândia do Sul, em 14 de dezembro próximo.

Sala das Sessões, em 09.12.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2017

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Votos de Congratulações pela passagem do 28º aniversário de emancipação política do município de São Pedro do Ivaí, a ser transcorrido em 29 de dezembro próximo.

Sala das Sessões, em 09.12.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2018

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas funções regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Votos de Congratulações, pelo 49º aniversário de emancipação política do Município de Pitanga, em 1º de janeiro próximo.

Sala das Sessões, em 09.12.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2019

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Votos de Congratulações pela passagem do 5º aniversário de emancipação política do município de Nova Tebas, que se comemora em 08 de dezembro.

Sala das Sessões, em 09.12.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 2049

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que se registre nos Anais desta Casa, Votos de Congratulações, pela comemoração, nesta data, dos 173 anos de emancipação política do município de Guarapuava.

Sala das Sessões, em 09.12.92.

(a) CEZAR SILVESTRI

REQUERIMENTO Nº 2031

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado votos de louvor ao Excelentíssimo Senhor Promotor de Justiça Doutor Sylvio Roberto Degasperí Kuhlmann, pelos relevantes serviços prestados na comarca do Município de Icaraíma.

Sala das Sessões, em 09.12.92.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se o presente pleito, em face do eficiente serviço prestado pelo Dr. Sylvio Roberto, como representante do Ministério Público, vem granjeando a respeitabilidade e o reconhecimento da população e de todos que direta ou indiretamente mantêm ligações com o Judiciário local.

REQUERIMENTO Nº 2032

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUER, após manifestação do Plenário, seja oficiado votos de louvor ao Meritíssimo Juiz de Direito Doutor Benjamin Acacio de Moura e Costa, pelos relevantes serviços prestados na comarca do município de Icaraíma.

Sala das Sessões, em 09.12.92.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se o presente pleito, tendo em vista que o jovem magistrado, mercê do relevante trabalho que vem realizando na recém-criada Comarca, mesmo considerando as dificuldades naturais da falta de estrutura, tem dinamizado de forma significativa a prestação jurisdicional em Icaraíma.

A proficiência profissional, do Dr. Benjamin Acácio, tem pontificado a Comarca de Icaraíma entre as de maior destaque de todo o aparelho judiciário.

REQUERIMENTO Nº 2030

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de aplausos, ao Deputado Estadual José Afonso Júnior, Secretário de Estado de Esporte e Turismo, pelo eficiente trabalho desenvolvido naquela pasta.

Sala das Sessões, em 09.12.92.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

O turismo representa para o Estado do Paraná no processo sócio-econômico um importante fator de rentabilidade financeira para a iniciativa empresarial.

O papel do Governo Estadual é elaborar programas que visem de forma sucinta mostrar a realidade que temos em matéria de atrativos, com isso consolida o fato, realiza suas atividades plenas, e traz os retornos às classes dominantes do mercado comum da atividade turística, onde o dinamismo e a ação imediata representam um passo importante na consolidação eficiente.

Desde que assumiu a Secretaria de Estado de Esporte e Turismo o Deputado Estadual José Afonso Júnior e sua equipe de trabalho tem agilizado uma ação concentrada na valorização das nossas riquezas, e permanente divulgação de nosso potencial.

Nessa pasta esse Parlamentar também está agilizando um incentivo maior a todas as modalidades esportivas ampliando de forma positiva o relacionamento dos atletas, dos estabelecimentos de ensino, de clubes esportivos e com isso abrindo um novo espaço no cenário nacional, condicionando uma integração maior.

Pelo dinamismo empregado, eficiência destacada, méritos da ação de seus companheiros diários, que recebem com dedicação as determinações oriundas do próprio titular da pasta, e neste aspecto temos certeza que vem se tornando um dos mais eficientes colaboradores do Governo Roberto Requião.

Solicitamos que cópia dessa nossa posição seja dado conhecimento ao Governador do Estado do Paraná Roberto Requião, e também ao próprio titular da pasta de Esporte e Turismo, por ser de inteira justiça essa nossa decisão.

REQUERIMENTO Nº 2022

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no exercício de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, o envio de ofício à Associação do Municípios do Paraná e aos presidentes das Microrregiões do Estado, com moção de apreço aos Senhores Prefeitos que completam seus mandatos no Paraná.

Sala das Sessões, em 09.12.92.

(a) GERALDO CARTARIO

JUSTIFICATIVA:

1992 foi um ano particularmente difícil para a grande maioria dos prefeitos do Paraná, em virtude de uma política madraستا para a distribuição de recursos destinados aos municípios, especialmente pela falta de critérios mais justos e de interesse social.

Foi o que se deu com a repartição das verbas correspondentes ao ICMS, que quase sempre deixou de respeitar o critério de proporcionalidade ao número de habitantes dessas comunidades, tornando sacrificante o desempenho dos dirigentes municipais na administração de suas comunas.

Foram de tal ordem as dificuldades opostas à ação dos prefeitos que eles se tornam, sem dúvida, credores do maior reconhecimento de seus municípios, pela maneira como ainda conseguiram levar a bom termo suas tarefas.

Por isso, esperamos a aprovação do presente requerimento, para o fim de ser enviado ofício à Associação dos Municípios do Paraná e aos presidentes das Microrregiões do Estado, para dirigir moção de apreço aos Senhores Prefeitos que completam seus mandatos, enaltecendo sua atuação.

REQUERIMENTO Nº 2027

Senhor Presidente.

O Deputado que a presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, oficiar aos Excelentíssimos Senhores Prefeitos Municipais de Nova Fátima e Sertaneja, cumprimentando-os pelo transcurso do aniversário de emancipação política dessas comunidades, que ocorrerá no próximo dia 14 de dezembro, extensivo e todas as autoridades públicas municipais, demais autoridades e povo em geral.

Sala das Sessões, em 09.12.92.

(a) OSWALDO TREVISAN

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento tem o escopo em homenagear os pioneiros e desbravadores de NOVA FÁTIMA e SERTANEJA, Norte do Paraná, que com coragem enfrentaram as belas e selvagens florestas tropicais, colocando suas frondosas árvores sob o solo, transformando esse mesmo solo fértil em verdejantes campos agrícolas, com exuberantes produções de cereais, pastagens e outras culturas, transformando em riquezas e fartura a todos. Sua madeira bruta, foi beneficiada e usada na construção civil dos núcleos populacionais que colonizaram e constituíram uma nova civilização no sententrião paranaense.

Assim nasceram essas comunidades, com o signo do trabalho.

REQUERIMENTO Nº 2037

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais após ouvido o douto Plenário, REQUER seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal, em apoio à Ação Direta de Inconstitucionalidade que contesta o artigo 45 da Constituição Federal, cujo preceito estabelece o mínimo de oito deputados federais por unidade federativa, ocasionando sérias distorções no sistema de representação parlamentar.

Sala das Sessões, em 09.12.92.

(a) PAULO MAIA

JUSTIFICATIVA:

A tese do governador Alceu Collares é transcendente às questões partidárias e, portanto, deve representar aspirações de todos os políticos que realmente se interessam em modernizar a sociedade brasileira nas suas estruturas, como preliminar até para se cogitar a mudança no sistema de governo.

É um absurdo que em alguns estados o coeficiente eleitoral, para a eleição de deputados à Câmara Federal, esteja em torno de 20 ou 30 mil votos, quando em outros este índice se eleva para mais de 150 mil. Isso afronta flagrantemente o princípio de que a Câmara Federal compõe-se de representantes do povo, eleitos pelo sistema proporcional.

REQUERIMENTO Nº 2014

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Osmar Dias, digníssimo Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, com cópia ao Excelentíssimo Senhor Roberto Requião, digníssimo Governador do Estado, no sentido de que seja tomado providências daquela Secretaria para dar solução ao impasse entre os produtores de leite e os laticinistas da região de Umuarama.

Sala das Sessões, em 09.12.92.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

Os produtores de leite da região de Umuarama estão revoltados com a situação insustentável em que se encontram com a defasagem do preço pago pelos laticínios no litro de leite denunciando que trata-se do menor preço em todo o Estado.

Para conseguirem melhor preço estão desde o dia 1º de dezembro, deixando de entregar aproximadamente 80 mil litros/dia numa paralisação que vem causando problemas sérios para a população.

A diferença entre o preço pago e o

exigido é grande o que leva a 1000 produtores em 10 municípios se mobilizarem para garantir suas necessidades e de suas famílias.

O consumidor paga Cr\$ 3.500,00 por litro e o produtor recebe Cr\$ 850,00 com 50 dias de prazo.

A exigência é que os laticínios remunerem 60% do preço do consumidor, livre de frete, cota e classificação, o que daria hoje Cr\$ 1.400,00 por litro.

Uma das argumentações é que em outras regiões a indústria paga Cr\$ 2.200,00 (capital), Cr\$ 1.600,00 (na região de Londrina) e que a região de Umuarama é onde a indústria paga o preço mais baixo ao produtor, gerando injustiça e empobrecendo as famílias destes.

O boicote é mantido e inclusive com manifestações de despejo e distribuição de leite gratuito à população carente, banho de leite em praça pública para chamar a atenção da população sobre a grave situação.

A situação está ruim para a população brasileira mas não justifica o sacrifício das famílias dos produtores.

Solicito a intervenção da SEAB para intermediar o impasse e encontrar, junto aos interessados uma solução rápida, pacífica e conciliadora, desfazendo essa injustiça com os produtores.

REQUERIMENTO N° 2025

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER envio de expediente oficial ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Bem-Estar Social Jutahy Magalhães Júnior, solicitando o retorno do Programa de distribuição de leite para as merendas escolares.

Sala das Sessões, em 09.12.92.

(a) EURIDES MOURA

JUSTIFICATIVA:

Atualmente os produtores laticinistas têm deixado de entregar uma parte de sua produção para forçar os laticínios a pagar melhores preços. Este boicote já chegou a 50% dos laticultores na região Noroeste do Estado do Paraná. Os produtores da região recebem hoje Cr\$ 810,00 (oitocentos e dez cruzeiros) por litro com 50 dias de prazo e com este valor reclamam que não compram nem um copo de água mineral.

Isto indica que a água está mais cara que o leite e requer maior atenção do governo, no sentido de estabelecer uma política econômica mais realista frente a esta situação.

Se o Governo voltar a comprar leite para ativar seus programas de ação social, provavelmente ativará uma economia decadente no setor de laticínios.

REQUERIMENTO N° 2026

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário REQUER envio de expediente oficial ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Agricultura Lazaro Ferreira Barbosa, solicitando maior atenção no sentido de buscar novas soluções para a problemática dos preços entre o produtor e o consumidor de leite na região Noroeste do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 09.12.92.

(a) EURIDES MOURA

JUSTIFICATIVA:

A defasagem do valor pago ao produtor em comparação com o preço que o consumidor paga pelo produto é um exemplo da crise que ocorre no Noroeste do Estado do Paraná, que poderá se agravar porque o setor não suporta os aumentos seguidos dos insumos e a consequência direta é a queda de produtividade.

Isto é consequência de um problema social, grave, como por exemplo; laticínios menos estruturados pagam preços baixos ao produtor para tentar ganhar mercado oferecendo um produto mais acessível, e o pequeno produtor que só tem esta atividade é obrigado a aceitar as condições impostas pela indústria, podendo causar uma quebra no setor se esta política continuar.

Uma maneira de auxiliar este setor é estabelecer que o produtor receba 50% do valor do produto vendido ao consumidor.

REQUERIMENTO N° 2033

Senhor Presidente.

A Comissão de Constituição e Justiça, por seu Presidente e Relatora do Projeto de Lei n° 181/92 ao final subscritos, REQUER, na forma prevista pelo artigo 28, inciso V, combinado com o artigo 131, ambos da Resolução n° 159/90 que, independentemente de discussão e votação, se digne Vossa Excelência em encaminhar ao Departamento de Estradas e Rodagem-DER, para que esta informe se a rodovia Estadual Pr-466 já tem denominação.

Sala das Sessões, em 09.12.92.

(aa) ERONDY SILVERIO

EMILIA BELINATI

REQUERIMENTO N° 2034

Senhor Presidente.

A Comissão de Constituição e Justiça, por seu Presidente e Relator do Projeto de Lei n° 327/92, ao final subscritos, REQUER, na forma prevista pelo artigo 28, inciso V, combinado com o artigo 131, ambos da resolução n° 159/90 que, independentemente de discussão e votação, se digne Vossa Excelência em encaminhar ao Instituto Ambiental do Paraná-IAP, a fim

de que o mesmo posicione-se quanto a alteração na área definida em lei.

Sala das Sessões, em 09.12.92.

(a) ERONDY SILVERIO
TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO Nº 2035

Senhor Presidente.

A Comissão de Constituição e Justiça, por seu Presidente e Relatora do Projeto de Lei nº 230/92 ao final subscritos, REQUER, na forma prevista pelo artigo 28, inciso V, combinado com o artigo 131, ambos da Resolução nº 159/90 que, independentemente de discussão e votação, se digne Vossa Excelência em encaminhar à Secretaria de Estado da Justiça, a fim de que se manifestem quanto a proposta de duto Parlamentar.

Sala das Sessões, em 09.12.92.

(a) ERONDY SILVERIO
EMILIA BELINATI

REQUERIMENTO Nº 2036

Senhor Presidente.

A Comissão de Constituição e Justiça, por seu Presidente e Relatora do Projeto de Lei nº 230/92, ao final subscritos, REQUER, na forma prevista pelo artigo 28, inciso V combinado com o artigo 131, ambos da Resolução nº 159/90 que, independentemente de discussão e votação, designe Vossa Excelência em encaminhar a Governadoria do Estado, a fim de que se manifestem quanto a proposta de duto Parlamentar.

Sala das Sessões, em 09.12.92.

(aa) ERONDY SILVERIO
EMILIA BELINATI

REQUERIMENTO Nº 2043

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro nos Anais desta Casa do Relatório de Atividades.

Sala das Sessões, em 09.12.92.

(a) ALBINO CORAZZA

JUSTIFICATIVA:

A criação e instalação do Bloco Parlamentar Municipalista foi discutida e aprovada em Plenário. Passado mais de um ano de funcionamento regular do referido Bloco, com a efetiva participação de grande número de Deputados, e tendo realizado debates de assuntos de grande interesse, com a presença de Prefeitos Municipais, representantes de Associações de Municípios e o comparecimento de quatro Senhores Secretários do Governo do Estado em reuniões de trabalho do Bloco, entendemos que suas atividades merecem o devido registro ao término da primeira gestão deste Colegiado.

REQUERIMENTO Nº 2044

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inclusão nos anais desta Assembléia Legislativa, do Ofício nº 266/92, da Câmara Municipal de Palmas, subscrito pelo Vereador Josemir Avelino Mazaloti Dipp - MD. Presidente da referida Câmara.

Sala das Sessões, em 09.12.92.

(a) NEIVO BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

A grande demonstração de apreço da Câmara Municipal de Palmas, deve ser de conhecimento de todos os ilustres Pares desta Casa de Leis, pois como já dissemos em outras oportunidades e reiteramos agora, o nosso objetivo único é tão somente de abrir o mercado para o capitalismo moderno, fazendo com que os próprios usuários do transporte coletivo tenham o direito de escolher a linha que preferem, e muito nos apraz termos nosso trabalho reconhecido por tão ilustre cidadãos.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 408/92

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, de Marmeleiro-PR, fundada a 2 de outubro de 1989 e localizada a Rua Ignácio Felipe nº 700, mantenedora da Escola Especializada Entre Amigos.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.12.92.

(a) JOAO ARRUDA.

JUSTIFICATIVA:

O movimento pela criação de associações de assistência, atendimento especializado e orientação aos familiares e amigos de seres portadores das mais variadas formas de excepcionalidade cresceu muito, a partir dos primeiros anos da década de 80 - também no Sudoeste do Paraná, quando a Região deu-se conta do expressivo número de excepcionais para os quais faltava um mínimo de atenção particular, forçados - em sua maioria - a frequentar estabelecimentos de ensino sem as condições mínimas de preparo próprio.

Pais e professores discutiram o assunto e buscaram informar-se sobre o funcionamento de entidades desse tipo já em funcionamento, iniciando o movimento que permitiria ao Sudoeste do Paraná, nivelar-se às demais áreas paranaenses, também na

educação especializada.

Depois de inúmeras reuniões, a 02 de outubro de 1989 foi fundada, em Marmeleiro, a Associação de Pais e Amigos de Excepcionais local, com a finalidade de criar e manter escola especializada no atendimento a excepcionais.

Desde então vem funcionando, assistida, fiscalizada e orientada pelo Departamento de Educação Especial da Secretaria de Estado da Educação que mantém preparados e atualizados os professores que atuam na "Escola Especializada entre amigos".

Sendo entidade assistencial, sem objetivos lucrativos, seus recursos são angariados especialmente entre os moradores de Marmeleiro e, particularmente, de pais e amigos desses seres especiais.

Por serem limitados esses recursos, os diretores da entidade têm recorrido, repetidamente, aos Poderes Constituídos, justificando a necessidade de mais e mais ajuda, o que passa pelo reconhecimento de Utilidade Pública.

Como as demais APAE's, a de Marmeleiro vem realizando um excelente trabalho, plenamente reconhecido pela comunidade, o que justifica a presente proposição que esperamos possa merecer o apoio e o voto unânime dos Ilustres Pares deste Parlamento.

PROJETO DE LEI Nº 420/92

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Ficam revogadas as Leis nºs 3.888/59 e 4.641/64 referentes a autorização do Poder Executivo de doar à União os terrenos destinados à construção e instalação do Colégio Militar de Curitiba.

Parágrafo Único - Ficam os ônus provenientes de pendências judiciais, à encargo do Governo do Estado.

Art. 2º - Os terrenos, benfeitorias e as instalações do Colégio Militar de Curitiba deverão ser utilizados pela Secretaria de Estado da Educação, para fins educacionais.

Parágrafo Único - Fica ressalvado deste artigo o edifício destinado ao funcionamento da estação terminal alimentadora do sistema telegráfico São Paulo-Curitiba.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.12.92.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

O Colégio Militar de Curitiba de trinta anos de tradição, foi, sem dúvida, muito bem administrado pelo Ministério do Exército, formando várias gerações de bons

profissionais em vários segmentos de nossa sociedade, através de seus ensinamentos de alto nível e de patriotismo.

O Colégio Militar de Curitiba permitiu a formação de uma juventude disciplinada e culta pois, seus métodos de ensino, satisfizeram plenamente as exigências da melhor pedagogia.

O escopo deste projeto de lei prende-se ao fato de haver muitas pendências judiciais que inviabilizam um consenso entre as partes.

Os terrenos, benfeitorias e as instalações do Colégio Militar de Curitiba deverão ser utilizados para fins educacionais, tendo em vista a infra-estrutura já edificada, como salas de aulas, quadras de esporte, atletismo, etc.

O progresso de um país está estreitamente ligado à educação de seu povo, e nada mais justo que o patrimônio em questão continue servindo à educação.

Cabe ainda lembrar, que o Ministério do Exército, como toda Nação, se encontra em meio a uma crise que assola a economia e impossibilita de manter o aludido empreendimento por falta de recursos orçamentários.

PROJETO DE LEI Nº 422/92

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder a instalação de uma Delegacia de Polícia Feminina do Município de Bandeirantes.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.12.92.

(a) OSWALDO TREVISAN

JUSTIFICATIVA:

Em Plenário.

PROJETO DE LEI Nº 423/92

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder a instalação de uma Delegacia de Polícia Feminina no Município de Cornélio Procopio.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.12.92.

(a) OSWALDO TREVISAN

JUSTIFICATIVA:

Em Plenário.

Projetos de Lei Complementar:

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 407/92

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - O art. 2º da Lei Complementar nº 056/91, de 18 de fevereiro de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º - ...

- I - população estimada superior a 2.500 (dois mil e quinhentos) habitantes;
- II - ...
- III - ...
- IV - potencial econômico agrícola, pecuário, comercial ou industrial, que comprove a viabilidade para o desenvolvimento econômico e social do novo município.

§ 1º - ...

§ 2º - Os requisitos dos incisos I e III serão apurados por Órgão competente no estado, o de número II, pelo Tribunal Regional Eleitoral e o de número IV acompanhará representação dirigida à Assembléia Legislativa do Estado, comprovada por órgão oficial".

Art. 2º - O art. 11 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 11 - ...

Parágrafo Único - Os servidores municipais do município de origem, residentes ou que prestam serviço no território emancipado, poderão optar pela permanência no quadro de pessoal deste ou daquele, respeitados os direitos adquiridos".

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.12.92.

(a) ALBINO CORAZZA

Apoio: Heinz Herwig, Rossoni, Elio Rusch, Toti Colaço e Ademar Traiano.

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando este projeto de lei complementar a fim de viabilizar a conquista da autonomia de grandes comunidades que dispõem de estrutura e condições para emancipação, bem como para promover o ajuste de uma situação conflitante enfrentada a partir do próximo exercício, pelos novos municípios recém-criados cuja instalação acontecerá em janeiro vindouro.

Os países mais avançados em todo mundo, iniciaram a consolidação de seu progresso econômico e social a partir da descentralização.

Países reconhecidamente desenvolvidos, no primeiro mundo, como Alemanha, França, Estados Unidos, são constituídos, cada um, por milhares de municípios, cujas comuni-

dades, muitas com menos de mil habitantes, têm total autonomia para gerir seu próprio desenvolvimento, inclusive com instituições financeiras municipais ou regionais.

O aumento do número de municípios assegura a redução do êxodo rural, evitando a concentração demográfica nos centros maiores, porquanto garante à população o acesso às estruturas de serviços públicos e demais benefícios em sua própria comunidade.

A descentralização das estruturas administrativas municipais permite maior seriedade e transparência dos administradores investidos em cargo público, uma vez que facilita a participação da comunidade nas decisões de seu próprio destino e na fiscalização dos atos locais.

Um maior número de municípios, desencadeia o processo de aceleração do desenvolvimento de todo o Estado do Paraná, em consequência da soma de esforços de cada pequena unidade municipal no estado buscando a solução de seus problemas locais, econômicos, sociais.

O enriquecimento do Estado com o retorno de recursos da União é certo com a criação de novos municípios, com riquezas oriundas, por exemplo, do Fundo de Participação dos Municípios. Estados como o Rio Grande do Sul e Minas Gerais, que têm número bem maior de municípios do que o Paraná, são premiados com maior volume de recursos federais do que o nosso Estado.

Municípios maiores que cedem área e população de seus distritos emancipados não sofrem prejuízos, visto que passam a ser centros microrregionais, como é o caso do município de Marechal Cândido Rondon, no Oeste do Estado, cujo território e população que constituía um único município, hoje está subdividido em cinco municípios, com a criação de quatro novas unidades, todas com comprovado potencial e capacidade administrativa que viabilizam um crescimento harmônico das suas comunidades e o desenvolvimento sócio-econômico da microrregião.

No município de Toledo, também no Oeste do Estado, que conta mais de uma dezena de grandes distritos, dois deles, Vila Nova e Novo Sarandi, pretendiam a emancipação, sem lograr êxito por falta do número exigido de habitantes. Ambos são dotados de estrutura e potencial econômico superior inclusive a dezenas de municípios constituídos em nosso Estado. Em ambos os casos o município mãe não faz qualquer objeção, nem o fará, para emancipação futura.

O art. 11 da Lei Complementar nº 056, em seu caput, determina que os bens e serviços municipais situados no território desmembrado passarão à propriedade do novo município.

Entende-se que para haver serviços devam existir servidores e por isso propõe-se que os servidores que prestam tal serviço tenham o direito de optar pela permanência em suas funções e local de trabalho, ou retornem ao município de origem, tendo, em qualquer dos casos garantidos os direitos adquiridos, como já acontece em outros estados, o Rio Grande do Sul, por exemplo.

Com a alteração proposta pode ser evitado prejuízo, duplo, ao servidor, que eventualmente viria a perder a oportunidade de trabalho, e ao município mãe, que poderia vir a ser obrigado a acomodar servidores tirados de suas funções, não havendo necessidade e às vezes nem condições para tal.

Podemos retomar o exemplo de Marechal Cândido Rondon, do qual foram desmembrados quatro novos municípios havendo em cada um deles, bens e serviços com servidores lotados. O município mãe possivelmente não terá capacidade ou necessidade de absorver todos os servidores distribuídos nos cinco municípios.

Com a alteração proposta, os servidores poderão permanecer em suas comunidades permitindo-se assim a continuidade do serviço público sem prejuízos para o servidor, para a comunidade nem para o município de origem.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 421/92

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Os débitos do Estado relativos às contribuições previdenciárias junto ao Instituto de Previdência do Estado IPE, existentes até 5 de outubro de 1.989, serão liquidados, com correção monetária ou equivalente, em 180 (cento e oitenta) prestações, dispensados os juros e multas sobre eles incidentes, divididos em parcelas mensais de igual valor.

Art. 1º - Para efetuar o levantamento do montante do débito, será formada, dentro de 30 (trinta) dias, uma Comissão composta por 7 (sete) membros, cabendo aos Chefes dos Poderes Executivos, Legislativo e Judiciário, indicar, cada um deles, 2 (dois) membros, devendo a escolha de pelo menos 3 (três) recair em representantes da classe dos servidores, e, ao Procurador Geral da Justiça proceder à indicação de 1 (um) componente, todos com direito a voto, inclusive para escolha do Presidente da Comissão.

Art. 2º - A Comissão poderá requisitar até 3 (três) assessores, e 1 (um) Secretário, pertencentes ao corpo de servidores

públicos do Estado, tendo o prazo improrrogável de 60 (sessenta) dias para concluir o seu trabalho, que será publicado no Diário Oficial do Estado.

Art. 2º - Procedido o levantamento, a primeira parcela do débito será devida a partir do primeiro dia útil do mês subsequente, da publicação a que se refere o artigo anterior.

Art. 3º - O Chefe do Poder Executivo deverá destinar, anualmente, verba no orçamento do Estado para arcar com as parcelas que vencerão no ano seguinte.

Parágrafo Único - Para o pagamento das parcelas com vencimento no ano de implantação, poderá ser procedida transferência de verba orçamentária ou previsão de seu pagamento, devidamente corrigido, no exercício seguinte, através de dotação orçamentária própria.

Art. 4º - O Instituto de Previdência do Estado deverá destinar 50% (cinquenta por cento) do valor da dívida recebida, para o custeio do atendimento dos serviços de saúde, podendo transferir a outra metade ao Fundo de Previdência do Estado.

Parágrafo Único - Quantia não inferior a 50% (cinquenta por cento) da parte que couber ao Fundo de Previdência do Estado será destinada para o custeio de atendimento aos planos de Saúde.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.12.92.

(a) ALCEU SWAROWSKI

Doutor Rosinha, Djalma de Almeida César, Luiz Henrique Bona Turra, Nelson Garcia, Mário Bezerra, Ovídio Constantino, Dobrandino da Silva e Eurides Moura.

JUSTIFICATIVA:

O artigo 38 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Carta Estadual, determina que os pagamentos dos débitos previdenciários do Estado para com o IPE devem ser pagos em 180 (cento e oitenta) prestações, na Forma da Lei.

Dada a inexistência de Lei Complementar para disciplinar a matéria, já foram elaborados e votados 03 (três) orçamentos anuais, sem que houvesse previsão para seu pagamento.

O presente plano de lei complementar objetiva disciplinar a forma de levantamento do montante da dívida e do seu pagamento, tornando viável a aplicação do texto constitucional.

O seu autor acredita que o projeto re-

ceberã os aprimoramentos que se fizerem necessários, motivo pelo qual o está apresentando no início do recesso, a fim de que possa ser estudado por todos.

O SR. PRESIDENTE - (Heinz Herwig) - No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Sr. Deputado Carlos Simões.

O SR. CARLOS SIMÕES - Sr. Presidente, Srs. Deputados, lideranças presentes.

Com tristeza observamos nos últimos dias na imprensa do Paraná e também na imprensa brasileira o desemprego que assola e toma conta do Brasil, o desgoverno em Brasília, entra Governo, sai Governo e o conluio permanece em Brasília arrasando com a família brasileira. Lembro-me, ainda, que em meu programa de televisão há poucos dias atrás mostramos uma reportagem para todo Estado do Paraná somente no setor da construção civil, somente na capital do Estado, somente em Curitiba, em empresas com sede em Curitiba mais de dois mil empregados foram dispensados no mês de novembro, somente no mês de novembro, num apanhado geral durante o ano todo de 1992 são mais de 20 mil empregados da construção civil que estão desempregados, desamparados no Paraná.

Também observamos com tristeza na imprensa do Paraná na indústria, no setor industrial do Estado do Paraná dados oficiais de pessoas, de empregados registrados em empresas do Paraná, em indústria do Paraná, mais de doze mil estão também desempregados em nosso Estado.

Com isto gente, com isso Srs. Deputados, se vê o medo e o temor que toma conta do brasileiro, a cada dia que passa, a cada instante que passa a insegurança do emprego no futuro desemprego toma conta do brasileiro, pouca coisa é feita no Brasil para se mudar esse tipo de coisa, para se mudar o caos em que se encontra o trabalhador brasileiro. Propus no ano que está findando agora propus um requerimento ao Governador do Estado do Paraná Roberto Requião, como não cabia Projeto de Lei, propus um requerimento no sentido de se congelar as tarifas públicas da água e luz, para serem aumentadas de acordo com o salário mínimo, pelo menos às pessoas que ganham de um a três salários mínimos. Meu requerimento não teve eco nas autoridades públicas do Palácio Iguazu, foi recebida, mas não me deram a mínima atenção.

Vem, agora, uma segunda proposta, agora sim como Projeto de Lei, a Bancada do Partido dos Trabalhadores através dos Deputados Ernani Pudell, Dr. Rosinha e Ovídio Constantino, isentando do pagamento da taxa de água e de luz para os desempregados pelo mínimo de seis meses, na carência de seis meses para o não pagamento de água

e luz ao desempregado do Paraná. O Projeto foi pela grande maioria dos Deputados aprovado aqui nesta Casa de Leis, foi remetido como de praxe, como manda a lei para que o Poder Executivo do Estado analisasse, aprovasse ou votasse o Projeto.

Infelizmente o Projeto foi vetado e volta hoje nesta Casa de Lei onde será apreciado o veto proposto pelo Governador.

Quero dizer aos nobres Deputados que propuseram esse Projeto que têm o meu integral apoio, desde o princípio, como disse do Projeto de Lei, achei bonito, importante e fundamental, não demagógico, não é um Projeto eleitoreiro, é um Projeto para que pelo menos o desempregado brasileiro, o desempregado do Paraná beba água e tenha luz no seu Natal, já que não tem emprego, já que está desesperado numa situação realmente calamitosa do Brasil.

Tive oportunidade de falar pessoalmente ainda ontem pela manhã com o Governador Roberto Requião, e coloquei a ele a minha posição com tranquilidade dizendo que lamentava que ele tivesse vetado esse Projeto de Lei, que é de cunho social, de uma importância muito grande nesse momento de dificuldade que passa o trabalhador brasileiro.

Comuniquei a ele e já coloquei no rádio e na televisão ainda ontem pela manhã que estaria aqui hoje na Assembléia recebendo também o apoio dos desempregados de Curitiba e do Paraná, para que nós possamos derrubar esse veto e que o Projeto prospere na sua essência, que o desempregado de Curitiba e do Paraná não pague, durante seis meses pelo mínimo, água e luz, já que não tem comida, já que as esperanças são poucas, pelo menos que se tenha água e luz. Nesse sentido, eu faço um apelo aos Nobres companheiros, Deputados com assento nesta Casa, que por certo são pessoas, simples, e que sabem que nas suas cidades, nos seus Municípios, aqui em Curitiba o desemprego vem assolando, tomando conta do Paraná e também do Brasil.

Portanto, quero deixar bem claro a minha posição, eu voto contra o veto do Governador e voto sim ao Projeto da Bancada do PT.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Eurides Moura com a palavra.

O SR. EURIDES MOURA - Sr. Presidente e Srs. Deputados.

A "Folha de Londrina" de ontem traz estampado em manchete um fato bastante curioso no que se refere à produção de leite e distribuição na região Noroeste do Estado do Paraná. No início do corrente ano aqui fizemos um pronunciamento relacionado com este setor.

Vejam Sr. Presidente e Srs. Deputados, nesta reportagem da "Folha de Londrina" traz estampada a penúria que vivem os produtores de leite, especialmente os pequenos produtores, estão vendendo o seu produto a oitocentos e dez cruzeiros o litro, enquanto que o consumidor está pagando cerca de quatro mil cruzeiros. É uma defasagem realmente muito grande, o produtor recebe apenas 25% naquela região do leite que está produzindo. Temos o exemplo do Noroeste do Paraná, região de Londrina, - que o consumidor está recebendo mil seiscientos e vinte cruzeiros o litro de leite, enquanto que na região Sul os produtores estão recebendo dois mil e duzentos cruzeiros por litro de leite que estão produzindo.

Vejam, Sr. Presidente e Srs. Deputados, a grande incoerência que está acontecendo a nível de produtores, e como exemplo damos também, isso dados da EMBRAPA, que para produzir um litro de leite custa dois mil e quatrocentos cruzeiros. Não achamos que o consumidor deva pagar mais do que aí está, achamos sim que de três mil e quinhentos cruzeiros a quatro mil e quinhentos cruzeiros o litro de leite ao consumidor é um preço justo; o que não é justo, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é o produtor da região Noroeste do Estado estar recebendo exatamente oitocentos e dez cruzeiros, isto aconteceu no mês de novembro porque o leite naquela região está sendo pago ao produtor com 50 dias de atraso, isto é, o mês corrente mais 20 dias.

Eu gostaria de pedir permissão aos Senhores Deputados daquela região, como Nelson que aqui está, como o Nilton que nos parece não está presente a este Plenário e também ao Mário Bezerra e o nosso grande Deputado, Manfrinato.

Falando em Mário Bezerra eu gostaria de registrar que nós dois, tempos atrás, estivemos também em Cianorte, presenciando uma reunião dos senhores produtores, que naquela época fazia veemente apelo aos Deputados desta Assembléia Legislativa. Demos como exemplo no passado quando o leite era tabelado pelo Governo Federal, o produtor recebia cerca de 63% do valor vendido ao consumidor. Quando houve a liberação de preços lamentavelmente em determinadas regiões o produtor está pagando caro para produzir. Os grandes produtores não têm problema, porque estes se acharem que devem parar, pararão a produção, mas o pequeno produtor, aquele que possui uma meia dúzia de vacas e do leite faz a sua subsistência...

O ilustre Deputado Nelson nos cede o horário da Liderança do seu partido.

O pequeno produtor não pode ficar desamparado por nós, porque ele vive real-

mente daquela pequena renda familiar e digo mais, não há condições para que um produtor de leite de imediato abandone a sua atividade, isto porque uma vaca em lactação não pode ser vendida para o abate, daí o grande problema.

Agora concedo aparte ao ilustre Deputado Nelson Garcia.

O Sr. Nelson Garcia - Agradeço o Deputado e gostaria de somar as suas palavras e dizer ao Senhor e aos companheiros Deputados, a Deputada, que realmente há poucos dias com o Deputado João Preis nós sentimos o empobrecimento do Noroeste.

E hoje eu ia tomar a palavra sobre este assunto, no horário das Lideranças do PFL, mas como V.Exa. já conversou sobre o assunto eu gostaria de me somar ao mesmo.

Eu assisti, neste final de semana, na região de Umuarama, um derrame de leite, um derrame de leite grátis à população e um derrame de leite às ruas. Infelizmente existe o monopólio, entrei com um requerimento nesta Casa hoje, endereçado ao Secretário da Agricultura, Dr. Osmar Dias e também ao Governador Roberto Requião, para que tomem uma providência, porque realmente o Noroeste vem sofrendo, o mesmo grupo que compra esse leite em Maringá, compra em Umuarama e faz o monopólio, paga Cr\$ 1.800,00 em Maringá e paga Cr\$ 850,00 Cr\$ 810,00 em Umuarama, com 50 dias, para receber, 50 dias que equivale a Cr\$ 400,00 o litro de leite, no final do recebimento e vende a Cr\$ 3.500,00, Cr\$ 3.800,00, se fosse para repassar à população, a população que necessita desse leite, se fosse repassar a um preço justo, realmente eu estaria de acordo, mas o nosso produtor vem sofrendo. Existe o monopólio, paga Cr\$ 850,00 e vende Cr\$ 3.800,00 à vista então nós não podemos aceitar.

Eu estou pedindo ao Secretário da Agricultura, Osmar Dias, porque Osmar Dias recebe amanhã em Umuarama, o título de Cidadão Honorário do Noroeste do Estado, mas tomara que ele tenha a sensibilidade de olhar para a parte dos agricultores, olhar para a parte dos produtores de leite que vêm sofrendo muito na nossa região.

É isso que eu estou pedindo para ele, que ele vá a Umuarama amanhã, mas também que lembre dessas pessoas que têm que acordar 4 horas da manhã, para colher o seu produto, para dar sustento a sua família, porque realmente a profissão agrícola da nossa região... já está empobrecida. Se nós deixarmos o leite de lado também nós vamos ajudar com que seja um empobrecimento maior ainda.

Então, somo a vossa pessoa e conclamo aos companheiros Deputados da nossa região: Deputado Nilton Barbosa, o Deputado Arlindo Troian que também representa o no-

roeste, Deputado Neivo Beraldin e os demais Deputados que representam o noroeste do Estado.

Vamos trabalhar em conjunto para que nós possamos resolver a situação dos nossos produtores de leite de Umuarama e da região.

O SR. EURIDES MOURA - Muito obrigado, Deputado Nelson.

Eu continuo a dizer que realmente é uma calamidade o que está acontecendo naquela região tão importante do nosso Estado. E digo mais, neste sentido, nobre Deputado Nelson, estamos encaminhando dois Requerimentos: um ao Senhor Ministro da Agricultura, pedindo a sensibilidade, pedindo para que realmente atente muito para este assunto, assunto de relevância, assunto de importância, porque o leite realmente é um dos elementos essenciais sobretudo da criança - o segundo Requerimento é para o Ministro da Ação Social, propondo que volte aquele programa importante da distribuição de leite às famílias carentes e às escolas.

Seria uma das razões, se houvesse maior procura do produto, certamente haveria um reajuste adequado.

Por isto eu gostaria, Senhor Presidente e Senhores Deputados, que fosse também registrado nos Anais desta Casa este nosso pronunciamento e que cópia destes dois Requerimentos que estamos encaminhando à apreciação da Mesa e dos Senhores Deputados, que fosse enviado cópias também ao Senhor Governador do Estado e ao Senhor Secretário de Estado da Agricultura para que providências neste sentido também fossem tomadas aqui em nosso Estado.

Muito obrigado, Senhor Presidente, muito obrigado Senhores Deputados.

O SR. PLAUTO MIRO (Pela Ordem) - Eu quero comunicar a essa Mesa Executiva que estou me retirando do Plenário, porque dentro de minutos estarei me deslocando, junto com o Prefeito de Curitiba, Prefeito Jaime Lerner, até Guarapuava, onde participarei, representando esta Casa, a Assembleia Legislativa, na inauguração da Rodoviária de Guarapuava e outras obras mais, a qual foi designado pelo Senhor presidente, pela Mesa Executiva para representar esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Devidamente anotado.

Concedo a palavra ao jovem Deputado Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERALDIN - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Venho à Tribuna nesta tarde para que em rápidas palavras possa comunicar à Casa

que o Projeto de Lei de nossa autoria que visa acabar com o Monopólio do ônibus do Estado do Paraná, finalmente ele avançou o sinal e já passou pela Comissão de Legislação e Justiça.

Ontem dizia na sua defesa o seu Relator, Luiz Carlos Martins, que não é possível mais os Deputados eleitos e reeleitos ouvirem falar deste tema: Monopólio do Transporte Coletivo e o Projeto não andava dentro da Casa. Ontem o projeto ganhou corpo, começou a andar na Casa e agora por certo irá para a Comissão de Transporte e lá irá encontrar o Deputado Heinz que na época Secretário dos Transportes, ajudou na elaboração desse projeto.

E tenho certeza que o Deputado Heinz agora na Comissão do Transporte poderá também discutir, falar, conversar com os Senhores Deputados para que se eventualmente houver alguma dúvida, alguma coisa para adequar o projeto na época atual, eu tenho certeza que o ex-Secretário dos Transportes e atual Deputado Estadual Heinz, irá colaborar conosco.

Quero agradecer os Deputados: Mário Bezerra, Nelson Justus, Elio Rusch, Luiz Carlos Martins, Paulo Maia, Emilia Belinati, Oswaldo Trevisan e Cleiton Kielse, por terem votado... a favor da parte legal e constitucional do Projeto. E os votos contrários foram apenas dos Deputados Colombino Grassano, Hermas Brandão, Plauto Miró Guimarães e Arlindo Troian.

Eu não entendo de que maneira pudemos ter tido estes votos contrários, porque o Noroeste do Estado tem o monopólio de ônibus, e tenho recebido correspondências diariamente e destas regiões dizendo que o monopólio atrapalha o bom serviço que deveriam ser dado à população usuária do transporte.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, apenas para comunicar à imprensa e aos Senhores Deputados que o Projeto começa a andar na Assembleia Legislativa.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Lideranças:

PTB.

(Declina)

PDT.

(Declina)

PT.

(Declina)

PFL.

(Declina)

PRN.

(Declina)

PST.

(Declina)

PMDB.

(Declina)

PSDB.

(Declina)

com a presença de 51 Srs. Deputados.

O SR. PAULO MAIA - Senhor Presidente, peço a palavra no Horário das Lideranças.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Tem a palavra o Deputado Paulo Maia, PDT.

O SR. PAULO MAIA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Estamos apresentando hoje a esta Casa requerimento a ser encaminhado ao Supremo Tribunal Federal, manifestando apoio à ação direta de inconstitucionalidade proposta pelo Governador Alceu Colares contra as desigualdades regionais no Congresso Nacional.

O Governador do Rio Grande do Sul, Alceu Colares, protocolou ação direta de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal contra as desigualdades regionais da representação parlamentar no Congresso Nacional.

Colares questiona a supremacia da representação dos Estados do Norte, Nordeste e Centro Oeste, contestando o art. 45 da Constituição Federal, que estabelece o número de 8 Deputados Federais e assegura 3 Senadores por Unidade Federativa, favorecendo especialmente os ex-territórios transformados em Estados durante os governos militares.

Acompanhado do Procurador Geral do Rio Grande do Sul, Gabriel Fadel, e de alguns Deputados, o Governador Pedetista disse que o atual sistema de representação provoca sérias distorções. Tanto isso é verdade que os Estados do Sul e do Sudeste estão sofrendo as consequências, são estados que arrecadam, são estados que têm uma participação maior na arrecadação dos tributos e uma participação mínima na distribuição dos mesmos.

E por isto que estamos encaminhando a esta Casa este ofício, que objetiva ter o apoio deste Parlamento do Paraná, assim como está se realizando em outros Estados do Sul e do Sudeste no sentido de que a discriminação, hoje, a nível de Congresso Nacional, fornecendo os Estados do Norte, Nordeste e Centro Oeste, parem de fazer com que a arrecadação se concentre nos mesmos, quando os maiores produtores de arrecadação são os Estados que já mencionamos.

Por isso, esperamos ver hoje aprovado o nosso requerimento nesta Casa.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

Sobre a Mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente, solicitando a diminuição do interstício para a realização de uma Sessão Extraordinária, para logo após a presente Sessão, para apreciação dos Projeto de Lei n°s 592/91, 262/92, 259/92, 337/92, 376/92, 383/92, 394/92, 403/92 e 409/92, bem como a votação do Projeto de Lei Complementar n° 125/92.- **Aprovado.**

Projeto de lei complementar de autoria do Sr. Deputado Albino Corazza, devidamente apoiado, constante do expediente. A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei complementar de autoria do Sr. Deputado Alceu Swarowski, devidamente apoiado, constante do expediente. A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado João Arruda, constante do expediente. Necessita de apoioimento.- **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em n° de 02 (dois) de autoria do Sr. Deputado Oswaldo Trevisan, constantes do expediente. Necessitam de apoioimento.- **Apoiados.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoioimento.- **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei n° 262/92. Após apreciação do veto. Os Srs. Deputados que o aprovam, queiram conservar-se como estão. **Aprovado.**

O SR. CEZAR SILVESTRI (Pela Ordem) - Sr. Presidente, só gostaria de justificar, a pedido, a ausência do Deputado Colombino Grassano, que por motivo de falecimento de membro de sua família, não está presente à Sessão.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 084/92, Veto Aposto ao Projeto de Lei n° 393/91, de autoria dos Deputados Ernani Pudell, Dr. Rosinha e Ovídio Constantino, que dispõe sobre a isenção da tarifa de água e luz aos desempregados. Com Relatório da C.C.J. Considerando o veto em Condições a ser **APRECIADO PELO PLENÁRIO.**

OF/DTL/SAT n° 226/92

Curitiba, 21.07.92.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento

do Ofício nº 163/92, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 393/91, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo a "suspensão do pagamento de água, esgoto e luz aos trabalhadores desempregados".

O Projeto de Lei em epígrafe, embora se reconheça a louvável preocupação de seus autores, não pôde receber acolhimento porque, conforme análise procedida pelos órgãos a que a matéria está afeta, foi considerado inexecutível e, portanto, contrário ao interesse público. É que, no caso das tarifas pelo fornecimento de energia elétrica, a definição de seus custos, classes de usuários, as condições e prazos de atendimento e de pagamento e sanções por inadimplência, são definidos pelo Decreto Federal nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, no qual consta, inclusive, dispositivo que expressamente veda qualquer discriminação entre consumidores da mesma classe. Esta vedação estaria sendo descumprida em relação aos consumidores da classe residencial, caso o presente projeto fosse transformado em lei.

Por outro lado, no que respeita à suspensão do pagamento das tarifas de água e de esgoto, a SANEPAR, examinando a matéria asseverou que a "suspensão, mesmo que temporária, do pagamento das tarifas de água/sgoto, aos usuários desempregados não pode ser concedida em face da existência de um critério de cobrança eficiente e seguro pela aplicação de uma tarifa reduzida já adotada pela SANEPAR, a qual é mais vantajosa para o próprio usuário inscrito no Cadastro Social, que em contraprestação aos serviços que recebe paga uma tarifa mínima especial, compatível com a renda familiar mensal." Disse, ainda, aquela Companhia, que a "suspensão do pagamento das faturas de água/sgoto aos usuários desempregados não assegura o pagamento futuro das contas vencidas e não pagas. Situação que estimulará a inadimplência e colocará em risco a Estrutura Tarifária da Companhia, comprometendo a prestação contínua, eficiente e segura dos serviços públicos de água/sgoto. Objetivos maiores do Estado previstos na Constituição Estadual (art. 1º, inciso IV), que com a conversão do Projeto em Lei, poderão ser inviabilizados, com manifesto prejuízo ao "interesse público" ante a intervenção na liberdade de escolha e de prática dos atos administrativos, segundo os critérios de oportunidade e conveniência da Administração".

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIAO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 393/91 foi publicado no D.A. nº 109 de 04.09.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO Nº 84/92

PROJETO DE LEI Nº 393/91

VETO INTEGRAL

P A R E C E R:

Procedemos a análise no âmbito desta Comissão Técnica, do veto integral aposto pelo Governador do Estado ao Projeto de Lei nº 393/91, de autoria dos Deputados Ernani Pudell, Doutor Rosinha e Ovídio Constantino, que dispõe sobre a isenção da tarifa de água e luz aos trabalhadores desempregados residentes no Estado do Paraná.

O veto governamental ocorreu na observância dos prazos constitucionais, merecendo portanto, ser acolhido por este Poder Legislativo, cabendo entretanto ao Plenário, a apreciação sobre o mérito da matéria.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 01.09.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

ARLINDO TROIAN - Relator

Em votação.

A Mesa esclarece ao Plenário que para a votação da Proposição, Veto aposto ao Projeto de Lei 84/92, adotará o disposto no § 4º, do artigo 71 da Constituição do Estado, ou seja, a votação será por escrutínio secreto.

Ao ser chamado pelo Sr. 1º Secretário, o Deputado deverá se dirigir à Mesa dos trabalhos, onde receberá sobrecarta rubricada do Sr. 1º Secretário.

A seguir, dirigir-se-á à cabine indevassável, em cujo interior encontrará as cédulas de votação, contendo as expressões, "SIM" e "NAO".

Os Senhores Deputados que forem favoráveis à manutenção do Veto deverão se manifestar votando as cédulas que contêm a expressão "SIM". Os contrários à manutenção do Veto deverão se manifestar utilizando para a votação as cédulas que contêm a expressão "NAO".

Para Encaminhar a Votação, com a palavra o Deputado Ernani Pudell.

O SR. ERNANI PUDELL (Encaminhamento de Votação) - Sr. Presidente, esta Casa tem a missão, hoje, de apreciar o Veto do

ilustre Governador do Estado ao Projeto de Lei 393/91. Projeto este, é bom lembrar, que foi aprovado por unanimidade, nesta Casa, e se constitui num momento histórico deste Parlamento, porque foi um Projeto que, embora singelo, é um projeto de grande alcance social. Mais do que isso: é um Projeto que está em conformidade com os princípios maiores da justiça. E é um Projeto exequível e possível de ser implantado, na prática, sem maiores ônus para o Estado.

O Referido Projeto trata da possibilidade das companhias estaduais de eletricidade e de saneamento, de conceder aos trabalhadores desempregados deste Estado, a possibilidade de suspensão dos pagamentos de tarifa de água e luz.

As razões do Veto do Senhor Governador, com todo o respeito, na nossa avaliação, não procede. Primeiro, o Senhor Governador do Estado diz que o Projeto invade a competência legislativa da esfera federal, arguindo que a legislação que regulamenta a política energética nacional está afeita a esfera Federal e que não caberia a nível Estadual estabelecermos qualquer discriminação tarifária entre os consumidores. Trata-se do primeiro equívoco de argumentação, porque o Projeto, o Substitutivo que foi aprovado por esta Casa não traz modificações em política tarifária, não faz discriminação entre os consumidores, mas apenas e tão somente permite aos trabalhadores desempregados uma suspensão temporária e um elastecimento do prazo para pagamento das tarifas. Eu vou mais além, lembro que já desde o Código Civil de 1916 e até mesmo a tradição jurídica a nível mundial de muito tempo prevê que aquele que tem a obrigação de pagar ou fazer alguma coisa pode se eximir dessa obrigação, ainda que temporariamente se ele não consegue cumpri-la por motivo de força maior.

E isso que nós fizemos no Projeto. Nós estabelecemos que somente seriam beneficiários desta Lei os trabalhadores na condição de desemprego involuntário, ou seja, forem demitidos do trabalho não por sua vontade ou nem por um acordo bilateral com o seu empregador, mas que forem demitidos e perderam a sua renda e seu salário por decisão unilateral do empregador. Portanto, são beneficiários apenas aqueles que estão desempregados por motivo de força maior e por motivos alheios a vontade do trabalhador. Mais do que isso, nós estabelecemos como segunda condição o fato de que somente terá direito ao benefício da suspensão de pagamento da tarifa aquele trabalhador que comprovar que não tem meios econômicos para pagar essa tarifa ou então caso possa pagar, que ela comprometa através do seu pagamento gastos essenciais

com a sua família, como por exemplo, alimentação e os alugueis.

Mais do que isso, o Projeto cerca os próprios interesses públicos e alguns cuidados ao estabelecerem que o prazo máximo de suspensão das tarifas é de seis meses. Então se fixa já um limite além do qual não poderá haver a concessão do benefício. Mais do que isso, prevê haver a concessão do benefício. Mais do que isso, prevê no próprio Projeto que tão logo o trabalhador readquirir a condição econômica para pagar as tarifas ou consiga um novo emprego, ele terá que pagar essas tarifas mais contadas de luz subsequentes nos meses que virão. Por isso aí também o artigo 3º derruba o argumento do Governo do Estado de que esse Projeto poderia comprometer a saúde financeira de empresas como a Sanepar.

Eu quero lembrar aqui também o 3º requisito importante a cerca de garantias o interesse das empresas fornecedoras de serviços e de consequência o interesse público. Nós fixamos os limites de consumo, no caso da energia elétrica de 90 Kw/hora³ mês e no caso do consumo de água de 15m³. Esses limites já foram fixados exatamente levando em conta que são os limites que existem normalmente, são as faixas de consumo situadas entre a população mais carente de nosso Estado, entre aqueles trabalhadores de baixa renda, aqueles que possuem uma residência modesta, que não possuem grandes aparelhos eletrodomésticos e de consequência têm uma faixa de consumo pequena. Esse Projeto, por exemplo, já não abrangeria um eventual pai de família, de classe média que tem uma residência maior com um índice de consumo maior. Isso nós sabemos, têm outros meios para pagar as tarifas. Então o Projeto será restrito à faixa da população mais carente deste Estado.

Através de uma análise do faturamento da COPEL nós constatamos que os consumidores na faixa de 90 Kw/hora, representam tão somente 3% do faturamento da COPEL, 3%. Se nós considerarmos que metade desses consumidores estariam desempregados, que já é um índice muito elevado, nós cairíamos para 1,5 do faturamento da COPEL, apenas. O que é mais importante e é bom que se repita aqui com toda a clareza. O fato de que o trabalhador não pague a sua conta de luz não significa que ele foi isento, ele terá que pagá-la, corrigida, assim que cessar os benefícios. Então, portanto, qualquer problema de ordem econômico-financeira, as empresas concessionárias desses serviços públicos, ele será apenas temporário, em pouco tempo haverá o retorno das tarifas que foram suspensas no seu pagamento. Mais do que isso, o Governador do Estado alega, talvez a principal razão não confessa as razões do seu veto, de que

esse Projeto de Lei poderia redundar numa abertura para fraudes praticadas por trabalhadores que poderiam indevidamente requerer este benefício.

Eu não quero crer e tenho certeza e não posso aceitar que nenhum dos Senhores Deputados poderia aceitar como argumento para derrubar esse Projeto tão importante, o fato que ele está sujeito a ser objeto de algumas fraudes. Em primeiro lugar eu quero crer que os trabalhadores, aqueles que têm a Carteira assinada, que estão desempregados em razão da recessão, são, em sua grande maioria, pessoas honestas. Aliás, a reserva moral desse País e nós sabemos disso, está exatamente naqueles que vêm das classes mais baixas da nossa população. Pode haver fraudes, como existe, fraudes no INPS, mas nem por isso vamos acabar com o Instituto de Previdência Social. Existe sonegação de impostos mas nem por isso nós vamos acabar com os impostos. No Projeto consta que, em caso de fraude, haverá uma pesada penalidade ao infrator, que teria que pagar, de imediato, todas as contas suspensas, atrasadas com multa de 100% além de juros e correção monetária sem contar com as sanções penais que seriam cabíveis no caso, especialmente de estelionato. Mais do que isso. Nós colocamos como critério para concessão desse benefício, que o trabalhador apresente a sua Carteira de Trabalho, a rescisão do contrato de trabalho que comprove demissão sem justa causa, apresentar a inscrição no SINE para comprovar que ele está procurando emprego e não consegue por razões alheias à sua vontade e estabelece ainda, que o beneficiário tem que comparecer, no mínimo, de 3 em 3 meses para renovar o seu cadastro e comprovar novamente a sua condição de desempregado e a sua incapacidade econômica de pagar as tarifas de água e luz.

Por último, queria lembrar aos Senhores Deputados. Eu não posso admitir que um trabalhador que perdeu o emprego, foi demitido sem justa causa em razão de uma política econômica, seja privado do fornecimento de água para sua família. Nós estamos aqui discutindo um direito essencial, de um serviço público essencial, um serviço que tem a sua garantia assegurada pela própria Constituição Federal, que é o direito à Saúde, que todo cidadão tem o direito à Saúde e que o Estado deve assegurar esse direito, como condição inerente a todo cidadão.

Por isso, Senhores Deputados, Senhor Presidente, eu espero que quando cada um de nós nos dirigirmos à cabine para colocarmos o nosso voto, eu espero que a sensibilidade social, o senso de justiça fale mais alto que qualquer compromisso que nós possamos ter.

Compromissos políticos com a Bancada de sustentação do Governo ou com a Oposição. Esse Projeto não é um Projeto da Oposição, não é um Projeto da Bancada governista, não é também um Projeto da cidadania, do povo do Paraná, daqueles que constroem a riqueza desse Estado e que hoje, por uma questão de adversidade, alheia à sua vontade não têm condições de honrar os seus compromissos.

Por isso, eu finalizo, dizendo aos Senhores Deputados que o Projeto é exequível, as razões do Veto não convencem porque não conseguem atingir o Projeto tanto no seu sentido social, na sua justiça, mas não consegue atingi-lo também no seu aspecto formal e legal.

E por isso que eu estou convicto que nós iremos repetir aqui a mesma aprovação que este Projeto recebeu quando da Votação, nesta Casa. Não ao Veto do Governador.

E isso, Senhor Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PAULO MAIA (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A Bancada do Partido Democrático Trabalhista, nas pessoas do nobre Deputado Algaci Túlio, Emilia Belinati, Cezar Silvestri, Albino Corazza e Paulo Maia, além de se solidarizarem com as palavras já postas daquela tribuna, pelo nobre Deputado Ernani Pudell, também acha que assim como nesta Casa este Projeto foi inclusive motivo de destaque, por todas as representações políticas aqui representadas, ele merecerá a Votação unânime contrária a esse Veto, que representa uma ingerência contra a situação social em que se encontram os desempregados do Estado do Paraná. Mas temos certeza que este Projeto merecerá desta Casa uma reprovação total, unânime, onde esta Casa reconhecerá, com certeza, o direito mínimo desses trabalhadores que é a água, a luz e as condições mínimas de sobrevivência.

O PDT votará contrário ao Veto.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu consulto a Mesa para um esclarecimento final ao Plenário a respeito da sistemática de Votação, peço a confirmação da Mesa. Os Deputados favoráveis à manutenção do Veto, portanto, contrário ao Projeto votarão SIM, e os Deputados que forem contrários ao Veto e portanto favoráveis ao Projeto votarão NÃO. Eu consulto a Mesa se essa será, como de costume, a sistemática de Votação?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa já anunciou este tipo de Votação, vai repetir, mais uma vez. Os Senhores Deputados que forem favoráveis à manutenção do

Veto, deverão se manifestar com as cédulas que contêm a expressão SIM. Os contrários à manutenção do Veto deverão se manifestar utilizando para a votação as cédulas que contenham a expressão Não.

O Senhor 1º Secretário procederá à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (João Arruda) - Procede à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Votaram 50 Senhores Deputados.

Designo a Comissão constituída pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Alborghetti, Ernani Pudell, Nilton Barbosa e Djalma de Almeida Cezar, para comporem a Comissão Escrutinadora.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Dez. Um nulo, dois em branco.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Votaram cinquenta Senhores Deputados. Pela manutenção do veto, dezenove Senhores Deputados.

Pela rejeição do Veto, vinte e oito Senhores Deputados.

Branco: dois

Nulo: um

Está aprovado o Projeto e Rejeitado o Veto.

Inversão da ORDEM DO DIA.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 409/92, de autoria do Poder Executivo-Mensagem nº 141/92, fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 11.000.000.000,00 (onze bilhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da SEFA. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado. (Publ. no DA. nº 172, de 01.12.92 - Mens.).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 409/92

P A R E C E R:

Autor: Poder Executivo Estadual (Mensagem nº 141/92).

Oriundo do Poder Executivo Estadual, a Mensagem nº 141/92, versa sobre a aprovação do crédito suplementar no valor de Cr\$ 11.000.000.000,00 (onze bilhões de cruzeiros) ao vigente orçamento da Administração Geral do Estado- Recursos sob Supervisão da SEFA. Do ponto de vista Constitucional, Legal e Regimental, não há obstáculos quanto a sua tramitação normal, nesta Comissão. Neste sentido, somos pela sua Aprovação.

O nosso parecer é Favorável.

Sala das Comissões, em 03.12.92.
(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente
TOTI COLAÇO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 409/92

P A R E C E R:

Oriundo da Mensagem Governamental nº 141/92, o presente Plano de Lei visa aprovar crédito suplementar no valor de Cr\$ 11.000.000.000,00 (onze bilhões de cruzeiros) ao vigente orçamento da Administração Geral do Estado- Recursos sob Supervisão da SEFA.

A presente matéria passou pelo grifo da Comissão de Constituição e Justiça, recebendo deste, Parecer FAVORÁVEL no tocante ao aspecto legal e constitucional da mesma.

Assim sendo, a que cabe a esta Comissão se manifestar conforme lhe preceitua o § 3º do art. 33, do Regimento Interno, posiciona-se, igualmente pelo parecer Favorável, opinando pela sua Aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 08.12.92.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
OSWALDO TREVISAN - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 403/92, de autoria do Poder Executivo-Mensagem nº 136/92, que aprova um crédito suplementar no valor de Cr\$ 11.466.180.000,00 (onze bilhões, quatrocentos e sessenta e seis milhões, cento e oitenta mil cruzeiros), ao vigente orçamento da Fundação Caetano Munhoz da Rocha, com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado. (Publ. no DA. nº 172, de 01.12.92).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 403/92

P A R E C E R:

Oriundo da Mensagem nº 403/92, do Poder Executivo, o presente Plano de Lei, visa aprovar um crédito suplementar no valor de Cr\$ 11.466.180.000,00 (onze bilhões, quatrocentos e sessenta e seis milhões, cento e oitenta mil cruzeiros) ao vigente orçamento da Fundação Caetano Munhoz da Rocha- FCMR, aprovado pela Lei Estadual nº 9.883, de 26 de dezembro de 1991, e se destina a atender as despesas com manutenção de postos de saúde, hemocentros, laboratórios, hospitais próprios do Estado, bem como despesas administrativas da entidade.

No âmbito desta douta Comissão de Constituição e Justiça, nada encontramos que possa impedir a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, esta comissão é Favorável ao presente Projeto de Lei, opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.12.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente
ARLINDO TROIAN - Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 403/92

P A R E C E R:

Oriundo da Mensagem Governamental nº 136/92, o presente Plano de Lei objetiva aprovar crédito suplementar no valor de Cr\$ 11.466.180.000,00 (onze bilhões, quatrocentos e sessenta e seis milhões, cento e oitenta mil cruzeiros), ao vigente orçamento da Fundação Caetano Munhoz da Rocha. A presente matéria passou pelo grifo da Comissão de Constituição e Justiça, no tocante ao aspecto legal e constitucional, recebendo desta Parecer Favorável.

Assim sendo, a que cabe a esta Comissão se manifestar conforme lhe preceitua o § 3º do art. 33, do Regimento Interno, posiciona-se, igualmente pelo parecer Favorável, à aprovação do presente Projeto de Lei.

Sala das Comissões, em 08.12.92.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
OSWALDO TREVISAN - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 394/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 126/92, que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 607.000.000,00 (seiscentos e sete milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Fundação de Ação Social do Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 172 de 01.12.92 - Mens.).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 394/92

P A R E C E R:

O Poder Executivo Estadual, por intermédio da Mensagem de nº 126/92, datada de 23 de novembro, próximo passado, encaminhou a esta Casa Legislativa o Projeto de Lei nº 394/92, pretendendo a aprovação de crédito suplementar no valor de Cr\$ 607.000.000,00 (seiscentos e sete milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento próprio da Fundação de Ação Social do Paraná - FASPAR, simultaneamente procedendo a conversão da fonte 81 - Convênios com Órgãos Federais para a fonte 90 - Diversas.

Analisando a Proposição, verifica-se que a mesma atende aos Dispositivos Constitucionais contidos no artigo 135 da Carta Magna Paranaense, que veda os referidos procedimentos sem prévia autorização legislativa e indicação dos recursos correspondentes.

Como na presente situação são atendidos os preceitos contidos nos itens V e VI, do acima citado art. 135, a Iniciativa

está em condições de ser aprovada pelo Poder Legislativo, salvo melhor juízo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.12.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente
MARIO BEZERRA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 394/92

P A R E C E R:

O referido Projeto de Lei, originado da Mensagem 126/92 do Poder Executivo, aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 607.000.000,00 (seiscentos e sete milhões de cruzeiros) ao vigente orçamento próprio da FASPAR.

Recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Nos termos estritos da competência desta Comissão de Finanças nada obsta à normal tramitação da matéria, sendo favorável à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.12.92

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
PAULO MAIA - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 383/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 111/92, que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 722.000.000,00 (setecentos e vinte e dois milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento próprio da Fundação Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranaíba. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 168 de 24.11.92 - Mens.).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 383/92

P A R E C E R:

De iniciativa do chefe do Poder Executivo, é objeto de nossa análise a proposição em epígrafe, que dispõe sobre a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 722.000.000,00 (setecentos e vinte e dois milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Fundação Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranaíba, aprovado pela Lei Estadual nº 9.883, de 26 de dezembro de 1991, conforme documento anexado ao projeto de lei em questão.

Sob aspecto jurídico, este provimento, além de se referir a orçamento próprio da entidade a ser beneficiada, tratando-se de remanejamento interno, dado a excesso de arrecadação, está também de acordo com o disposto pelo artigo 135, inciso V da Constituição Estadual e Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Logo, tal iniciativa satisfaz plenamente ao aspecto constitucional, legal e regimental, pelo que emitimos parecer fa-

vorável à sua normal tramitação, encontrando-se em condições de ser levado à soberana deliberação do Plenário.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 03.12.92

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

ERNANI PUDELL - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 383/92

P A R E C E R:

Oriundo da Mensagem Governamental nº 111/92, objetiva a aprovação de um crédito suplementar no valor de Cr\$ 722.000.000,00 (setecentos e vinte e dois milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento próprio da Fundação Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí.

É certo que o Projeto de Lei em análise cita a fonte de recursos deste suplemento.

A vista da Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, a proposição recebeu parecer favorável, quanto ao seu aspecto legal e constitucional.

Chamada a opinar, essa Comissão de Finanças, entende serem corretas as reivindicações e emite parecer favorável à continuidade da tramitação da matéria.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 08.12.92

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente

DIRCEU MANFRINATO - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 376/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 104/92, que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 80.078.000,00 (oitenta milhões e setenta e oito mil cruzeiros), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Administração. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 168 de 24.11.92. Mensagem).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 376/92

P A R E C E R:

Originário da Mensagem Governamental nº 104/92 o Projeto de Lei 376/92, objetiva um crédito suplementar no valor de Cr\$ 80.078.000,00 (oitenta milhões e setenta e oito mil cruzeiros), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Administração, visando atender despesas com material de consumo dos 14 Escritórios Regionais e da sede de DECOM.

Da análise proferida, esta Comissão de Constituição e Justiça, não encontrou óbice algum que pudesse impedir a normal tramitação do referido plano de lei por esta Casa.

Por tais fatos, emitimos o nosso parecer favorável, nos permitindo ainda opinar pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.12.92

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

MARIO BEZERRA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 376/92

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei, oriundo do Poder Executivo, através da Mensagem nº 104/92, objetiva aprovar a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 80.078.000,00 (oitenta milhões e setenta e oito mil cruzeiros), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Administração.

A medida proposta recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

No âmbito desta Comissão de Finanças não há nada que impeça a normal tramitação do Projeto de Lei em tela neste Poder.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.12.92

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente

OSWALDO TREVISAN - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 337/92, de autoria do Deputado Toti Colaço, que fica o Poder Executivo Estadual autorizado a criar o Centro de Treinamento Agro-Silvi-Pastoril de Irati. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.A.I.C. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Publ. no D.A. nº 160 de 10.11.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 337/92

P A R E C E R:

O Projeto de lei nº 337/92, de autoria do Deputado Toti Colaço, objetiva autorizar o Poder Executivo a criar o Centro de Treinamento Agro-Silvi-Pastoril de Irati, e estabelece outras providências.

Do exame da matéria, infere-se que o projeto, ao criar um órgão da administração pública e estabelecer suas atribuições, invade a competência privativa do Governador do Estado, prevista no inciso IV, do art. 66 da Constituição Estadual.

No entanto, como se trata de matéria autorizatória, entendemos que possa ser apreciada por esta Casa.

Sala das Comissões, em 17.11.92

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

NILTON BARBOSA - Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E
COMÉRCIO

PROJETO DE LEI Nº 337/92

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Toti Colaço, chega a esta Comissão o Projeto de Lei em epígrafe que autoriza o Poder Exe-

cutivo a criar o Centro de Treinamento Agro-Silvi-Pastoril, no Município de Irati.

O referido projeto recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Com relação às atribuições desta Comissão o Projeto atende às expectativas de estímulo e incremento da agricultura, especialmente no que se refere a manutenção do homem no campo.

Por estas razões, opinamos favoravelmente a aprovação do mesmo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30.11.92

(aa) SEVERINO FELIX - Presidente

COSTENARO NETO - Relator

Em votação:

O SR. OVIDIO CONSTANTINO (Para Encaminhar)

Senhor Presidente, nós só queremos registrar que votaremos favorável ao Projeto de Lei do Deputado Toti Colaço. Portanto, queremos lamentar que o Deputado tenha legislado justamente para um município de sua origem. O Projeto que nós entendemos importante e interessante, teria que ter a abrangência a todo o Estado do Paraná, para que se dê oportunidade a todas as regiões e a toda população do Paraná. Aquilo que o Deputado justifica que é uma forma de diminuir o êxodo rural e dar condições aos filhos de agricultores e à agricultura como um todo, mas que é um projeto muito limitado e aparenta aí um favorecimento ao curral eleitoral do Deputado, que nós entendemos que não é essa a nossa função aqui, mas de legislar em favor da população do Paraná. Votamos favorável ao Projeto do Deputado Toti, mas entendemos que ele deveria ser abrangente a todos os estudantes do Paraná que tivessem a condição ou a necessidade, ou que quisessem estudar nesse tipo de atividade de ensino.

Era isso.

O SR. TOTI COLAÇO - Senhor Presidente, primeiramente queria agradecer o apoio da Bancada do PT no que diz respeito ao seu apoio com relação ao meu projeto.

O projeto de minha autoria é para atender uma região, que é a região centro-sul do nosso Estado, região de Irati, onde se concentra a maioria de todos os minifúndios do Estado do Paraná. Cabe aqui a oportunidade, em tempo hábil, que o próprio Deputado Ernani e Deputado Ovídio possam apresentar emenda ao meu Projeto e ampliar o Projeto para todo o Estado do Paraná. A oportunidade que eu estou oferecendo ao Deputado Ovídio Constantino, para que apresente uma emenda, inclusive, abrangendo todas as demais regiões.

O objetivo do Projeto foi exatamente

chamar a atenção para que seja implantado na região centro-sul do nosso Estado, onde se encontram os maiores minifúndios do Estado do Paraná. Os pequenos agricultores da região sul e centro-sul do nosso Estado, carecem de uma escola desta natureza. É claro, é evidente que, implantando-se naquela região, vai atender num raio de 14 a 15 municípios do centro-sul do nosso Estado. A oportunidade está em aberto para que Vossa Excelência apresente uma emenda e possa ampliar isso para as demais regiões do nosso Estado.

O meu Projeto está à disposição para discussão e sofrer emendas, inclusive.

O SR. BASILIO ZANUSSO (Para Encaminhar) -

Senhor Presidente, quero cumprimentar o ilustre Deputado Toti Colaço pela apresentação desse projeto, que eu não conheço na prática, porque é uma coisa nova. Essa escola que ele pretende, um centro de treinamento agro-silvi-pastoril na sua cidade.

É evidente que ele ao apresentar um projeto para a sua cidade, ele acorda à Casa para que aquele Deputado que aqui esteja e pretenda apresentar na sua cidade ou suas regiões, é evidente que os Deputados podem apresentar e mais que isto é uma sugestão ao Governo do Estado implantar esses centros a exemplo do Deputado Edson Silva Lino que apresentou no início desta Legislatura a Casa do Lavrador. E também mais ou menos uma escola técnica agrícola, porque muitos filhos de lavradores que vão quase sempre ao Estado de São Paulo frequentar estas escolas de nível de segundo grau de escolaridade, Senhor Presidente, quando voltam das escolas técnicas agrícolas poucos deles retornam à agricultura. Muitos deles se consideram doutores e a agricultura não é para esta classe de gente. Ao contrário disto, os projetos, ambos os projetos, do Deputado Edson Lino, que me ocorre agora, e também este que presentemente discutimos, parece-me de maior alcance daqueles que exigem o segundo grau de escolaridade, e é uma oportunidade, é uma feliz sugestão que esta Casa dê, através de dois ilustres Parlamentares para que o Governo do Estado implante em todo o Estado, onde possível, estas escolas, esses centros, para educar, orientar, dar maior condição de trabalho e de intelectualidade, inclusive aos filhos dos agricultores, sem qualquer alternativa nos dias atuais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação. **Aprovado**, desta vez com o apoio da Bancada do PT.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n°

262/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 73/92, que dispõe sobre o Orçamento Geral do Estado do Paraná para o exercício financeiro de 1993, conforme específica. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Orçamento com SUBSTITUTIVO GERAL. EM REGIME DE URGÊNCIA.

COMISSÃO DE ORÇAMENTO
PROJETO DE LEI Nº 262/92

P A R E C E R:

Ao Projeto de Lei nº 262/92, que trata da Lei Orçamentária para o exercício de 1993, foram apresentadas 2.427 emendas.

Da análise das mesmas e da Mensagem encaminhada pelo Poder Executivo, constatou-se a necessidade de propor ajustes, que contemplassem tanto a estrutura do Projeto de Lei original, quanto as propostas apresentadas pelos Senhores Deputados.

Neste sentido, o Relator propõe o Substitutivo Geral e mais um anexo (anexo VI), nos quais estão inseridos o maior número de emendas.

Dentre as emendas apresentadas, procurou-se acatar o maior número, dentro das diretrizes estabelecidas na Lei nº 10039 de 16 de julho de 1992, e a legislação pertinente, consubstanciando tal análise na proposição do Substitutivo Geral e do anexo VI.

Portanto, nosso parecer é favorável à tramitação da matéria, na forma do Substitutivo Geral, ora apresentado.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 07.12.92
(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
HEINZ HERWIG - Relator

PROJETO DE LEI Nº 262/92
SUBSTITUTIVO GERAL

SEÇÃO I
DAS DISPOSIÇÕES COMUNS

Art. 1º - Esta Lei estima a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro de 1993, compreendendo:

- I - o orçamento fiscal;
- II - o orçamento próprio da administração indireta; e
- III - o orçamento de investimento das empresas públicas e das sociedades de economia mista.

SEÇÃO II
DA ESTIMATIVA DA RECEITA

Art. 2º - A receita total, compreendendo os orçamentos mencionados nos incisos I, II e III do artigo anterior, e estimada no valor de Cr\$ 26.888.731.800.000,00 (vinte e seis trilhões, oitocentos e oitenta e oito bilhões, setecentos e trinta e um milhões e oitocentos mil cruzeiros).

Parágrafo Único - A receita será rea-

lizada mediante a arrecadação de tributos e ingresso de outras receitas correntes e de capital, conforme dispõe o artigo 6º da Lei Estadual nº 10.039, de 16 de julho de 1992, e a legislação pertinente, nas especificações do anexo I e de acordo com o seguinte desdobramento:

Em Cr\$ 1,00
(A preços de maio/92)

1. RECEITAS DE RECOLHIMENTO CENTRALIZADO..
.....Cr\$ 6.916.428.500.000

1.1 - Receitas correntes.....
.....Cr\$ 6.095.657.000.000

Receita tributária.....
.....Cr\$ 4.545.095.200.000
Receita patrimonial.....
.....Cr\$ 439.502.000.000
Receita agropecuária.....
.....Cr\$ 8.000.000
Rec.industrial.....
.....Cr\$ 54.000.000
Receita de serviços.....
.....Cr\$ 3.671.600.000
Transferências correntes.....
.....Cr\$ 1.007.957.200.000
Outras receitas correntes.....
.....Cr\$ 99.369.000.000

1.2 - Receitas de capital.....
.....Cr\$ 820.771.500.000

Operações de crédito.....
.....Cr\$ 697.014.200.000
Alienação de bens.....
.....Cr\$ 1.000.000
Amortização de empréstimos.....
.....Cr\$ 13.348.700.000
Transferências de capital.....
.....Cr\$ 110.407.600.000

2 - RECEITAS PRÓPRIAS DE RECOLHIMENTO DES-CENTRALIZADO DAS AUTARQUIAS E ÓRGÃOS DE REGIME ESPECIAL (EXCLUSIVAS TRANS-FERÊNCIAS DO TESOIRO ESTADUAL.....
.....Cr\$ 1.808.740.700.000

2.1 - Receitas correntes.....
.....Cr\$ 1.138.148.700.000
2.2 - Receitas de capital.....
.....Cr\$ 670.592.000.000

3 - RECEITAS PRÓPRIAS DE RECOLHIMENTO DES-CENTRALIZADO DAS EMPRESAS PÚBLICAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA (EXCLUSI-VE TRANSFERÊNCIAS DO TESOIRO ESTADUAL)
.....Cr\$18.163.562.600.000

3.1 - Receitas correntes.....
.....Cr\$17.126.707.300.000
3.2 - Receitas de capital.....
.....Cr\$ 1.036.855.300.000

4 - TOTAL DA RECEITA.	Cr\$26.888.731.800.000
4.1 - Receitas correntes.....Cr\$24.360.513.000.000
4.2 - Receitas de capital.....Cr\$ 2.528.218.800.000
-----	-----

SEÇÃO III

DOS ORÇAMENTOS

Art. 3º - O Orçamento Fiscal, discriminado no anexo III, estima a receita em Cr\$ 6.916.428.500.000,00 (seis trilhões, novecentos e dezesseis bilhões, quatrocentos e vinte e oito milhões e quinhentos mil cruzeiros), e fixa a despesa e igual importância.

Art. 4º - O Orçamento Próprio da Administração Indireta, compreendendo as receitas próprias e as receitas de transferências do Estado e suas aplicações relativas às Autarquias e Órgãos de Regime Especial, está estimado em Cr\$ 3.747.761.500.000,00 (três trilhões, setecentos e quarenta e sete bilhões, setecentos e sessenta e um milhões e quinhentos mil cruzeiros), com a despesa fixada em igual importância, conforme detalhamento contido no Anexo IV desta lei.

Art. 5º - O Orçamento de investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista, compreendendo as receitas próprias e as receitas de transferências do Estado, está estimado em Cr\$ 1.714.121.500.000,00 (hum trilhão, setecentos e quatorze bilhões, cento e vinte e um milhões e quinhentos mil cruzeiros), com a despesa fixada em igual importância.

Parágrafo Único - O Orçamento de que trata o "caput" deste artigo, está apresentado no Anexo V desta lei, juntamente com a programação orçamentária global dessas empresas e sociedades de economia mista, que totaliza Cr\$ 18.898.043.400.000,00 (dezoito trilhões, oitocentos e noventa e oito bilhões, quarenta e três milhões e quatrocentos mil cruzeiros).

Art. 6º - Os resumos dos demonstrativos da despesa do Orçamento Geral do Estado, com recursos do Tesouro e de outras fontes, constam do Anexo II, integrante desta lei.

SEÇÃO IV

DAS CORREÇÕES DOS ORÇAMENTOS

Art. 7º - Os valores constantes do Orçamento Geral do Estado, estabelecidos a preços de maio de 1992, serão corrigidos, antes do início da execução orçamentária, pela previsão do Índice Nacional de Preços

ao Consumidor - INPC/IBGE, ou, no caso de sua indisponibilidade, de outro indicador de atualização monetária, aplicada no período de junho a dezembro de 1992, dando ciência prévia a Assembléia Legislativa, com a informação dos totais por unidade orçamentária e por projeto e atividade.

Art. 8º - Fica o Poder Legislativo, com a informação dos totais por unidade orçamentária e por projeto e atividade.

Art. 8º - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder trimestralmente a correção dos valores do Orçamento Fiscal, do Orçamento Próprio da Administração Indireta e da programação orçamentária global das empresas públicas e das sociedades de economia mista, até o limite do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC/IBGE, ou, no caso de sua indisponibilidade, de outro indicador de atualização monetária, acumulado no trimestre, dando ciência a Assembléia Legislativa.

Parágrafo Único - No prazo de 15 (quinze) dias, o Poder Executivo fornecerá ao Poder Legislativo os percentuais e totais por unidade orçamentária e projetos e atividades.

SEÇÃO V

DAS AUTORIZAÇÕES PARA ABERTURA DE CRÉDITOS E AJUSTES DE FONTES

Art. 9º - Fica o Poder Executivo autorizado a:

I - abrir créditos suplementares para atender despesas com pessoal e encargos sociais, inclusive de convênios e pagamento da dívida pública, utilizando como recursos as formas previstas no § 1º do Artigo 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

II - abrir créditos suplementares até o limite de 10% das dotações previstas neste orçamento, decorrentes do ingresso e do excesso de arrecadação de recursos provenientes de convênios, de fontes vinculadas e de receitas próprias da Administração Indireta, para aplicação em programas aprovados por esta lei, utilizando como recursos as formas previstas no § 1º do Artigo 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

III - abrir créditos suplementares, nos termos dos incisos I, II e III do § 1º do Artigo 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, para cumprimento de acordos e convênios, não previstos ou com insuficiência de dotação no Orçamento Geral do Estado, tendo como limite o valor dos respectivos instrumentos jurídicos celebrados, nos casos em que houver limite de prazo para utilização e saque dos re-

cursos financeiros tornados disponíveis, dando ciência a Assembléia Legislativa;

IV - abrir créditos suplementares até o limite de 10% das dotações dos projetos e atividades definidos neste Orçamento, excetuadas as previstas nos incisos I e V deste artigo, utilizando como recursos a forma prevista no inciso III do § 1º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

V - abrir créditos suplementares ao Programa Paraná-Rural/BIRD, ao Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano - PEDU, ao Programa de Saneamento Ambiental da Região Metropolitana de Curitiba - PROSAM, e ao Programa de Conservação de Rodovias Estaduais - BID IV, utilizando como recursos as formas previstas no § 1º do Artigo 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

VI - proceder a compensação, conversão ou criação de fontes de recursos ordinários, vinculados ou próprios, dos projetos e atividades, sem lhes alterar o valor global, com a finalidade de assegurar a execução das programações definidas nesta lei.

SEÇÃO VI

DAS CENTRALIZAÇÕES DE RECURSOS

Art. 10 - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder a centralização das dotações orçamentárias, alocadas em diversos programas, com vistas a sua otimização administrativa, em especial os referidos artigos 63, 64 e 65 da Lei Estadual nº 8.485, de 03 de junho de 1987, bem como proceder as suas eventuais descentralizações.

§ 1º - Os recursos de que trata o caput deste artigo serão individualizados por projetos e atividades, nos quadros de detalhamento de despesa.

§ 2º - O Departamento Estadual de Administração de Material - DEAM, e o Departamento Estadual de Construção, de Obras e Manutenção - DECOM, emitirão e distribuirão a cada órgão relatório mensal, por projetos e atividades, da execução orçamentária e financeira dos recursos por eles centralizados.

SEÇÃO VII

DA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO E DOS CREDITOS POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA

Art. 11 - O Poder Executivo tomará as medidas necessárias para manter os dispêndios compatíveis com o comportamento da receita, nos termos do Título VI, Capítulo I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e poderá realizar operações de crédito por antecipação da receita, nos termos da Lei.

SEÇÃO VIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 12 - O Poder Executivo, no prazo de 15 (quinze) dias, a partir da data de publicação, providenciará todos os ajustes necessários nos quadros demonstrativos dos anexos, visando adaptar o contido nas alterações previstas no anexo VI e disposições desta lei, no que tange a destaques, codificações, acréscimos e alocações de recursos.

Parágrafo Único - Os anexos, ajustados na forma prevista no "caput" deste artigo, deverão ser enviados a Assembléia Legislativa, no prazo de 15 (quinze) dias, passando a ser integrantes desta Lei.

Art. 13 - Os recursos de que trata o artigo 205 da Constituição Estadual, serão aplicados na forma definida na Lei Estadual que vier a regulamentá-lo.

Art. 14 - Fica o Poder Executivo autorizado a utilizar, para fins orçamentários e contábeis, as novas denominações de órgãos e/ou unidades, decorrentes de alterações legalmente aprovadas após a elaboração desta Lei.

Art. 15 - A Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, no prazo de 20 (vinte) dias da publicação da Lei Orçamentária, divulgará os quadros de detalhamento de despesa, especificando, por projetos e atividades, os elementos de despesas e os respectivos desdobramentos dos orçamentos fiscais e próprio da administração indireta, com os valores na forma do disposto no artigo 7 desta Lei.

Art. 16 - Fica o Poder Executivo autorizado a destinar para o apoio aos novos municípios importância até o montante de Cr\$ 250.000.000.000,00 (duzentos e cinquenta bilhões de cruzeiros) obedecendo a sua distribuição ao critério populacional.

Art. 17 - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos especiais para atender a UNIVALE - Universidade Estadual Vale do Iguaçu, utilizando como recursos as formas previstas na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 18 - Esta Lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 1993, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07.12.92.

(a) HEINZ HERWIG

Apoio: Nelson Justus, Lourenço Fregoneze, Djalma de Almeida César e 1 ilegível.

Em votação.

O Sr. Dr. Rosinha - Senhor Presidente, é o item 15? (Assentimento).

Então a Bancada do PT quer discutir.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Tem a

palavra para encaminhar a votação.

O SR. DR. ROSINHA (**Para Encaminhar**) - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, companheiros desempregados e servidores presentes, nós estamos votando neste momento o projeto de lei mais importante que existe para ser aprovado, modificado ou rejeitado, que é o Orçamento do ano de 1993.

Nós queremos que este Orçamento seja fruto de discussão não só da questão da constitucionalidade, mas, inclusive, da questão de mérito.

Como hoje, agora, é a primeira discussão estaremos analisando a constitucionalidade de tal projeto.

No artigo 9º e seus incisos da lei orçamentária, todos eles ao solicitar praticamente uma carta em branco desta Assembléia Legislativa, visando a suplementação que desejar nós entendemos como inconstitucional tal artigo. Reza o artigo 227 do Regimento Interno, Inciso 2: "Não poderão ser objeto de delegação os atos da competência exclusiva da Assembléia Legislativa. A matéria é reservada a lei complementar e a legislação sobre planos plurianuais, diretrizes orçamentárias e orçamento." Pelo artigo 9º e seus incisos, parágrafos, da lei orçamentária, automaticamente o Poder Executivo fica dispensado do controle para utilização de créditos suplementares. Através deste artigo a Assembléia Legislativa delega poderes ao Poder Executivo, e isto é proibido pela Constituição Estadual, em seu art. 72, § 1º e inciso II, que diz o seguinte: "A falsificação contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado, e das entidades da Administração Direta e Indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de subvenções e renúncia de receitas, será exercida pela Assembléia Legislativa, mediante controle externo e pelo sistema de controle interno de cada Poder".

Diz o seu § 1º: "Não serão objeto de delegação os atos de competência exclusiva da Assembléia Legislativa, a matéria reservada à lei complementar e a legislação sobre: planos plurianuais, diretrizes orçamentárias e orçamentos".

Nós entendemos que o art. 9º, justamente, é a Assembléia Legislativa abrindo mão de todos os poderes que tem, poderes esses dados pelo Regimento Interno desta Casa e pela Constituição Estadual. E também a Constituição Federal...

O SR. PRESIDENTE (**Aníbal Khury**) - Está com a palavra o Doutor Rosinha. Peço às pessoas estranhas ao Plenário que se retirem do mesmo, por favor!

Suspendo a Sessão!

(**E suspensão a Sessão**)

Está reaberta a Sessão.

Está com a palavra o Deputado Doutor Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA - Reza a Constituição Federal, em seu art. 166, § 8º, e ainda o art. 167, §§ 1º e 2º, inciso 5º, que diz: "... a prévia e específica autorização legislativa deve ser feita pela própria lei".

"A fiscalização financeira (como diz o Mestre Afonso da Silva), contábil, orçamentária, operacional e patrimonial, mediante controle externo, tem por objetivo, nos termos da Constituição, a apreciação das contas do Chefe do Poder Executivo, o desempenho das funções de auditoria financeira e orçamentária, a apreciação da legalidade dos atos de admissões de pessoal, bem como o julgamento das contas dos administradores e demais responsáveis por bens e valores públicos. Em suma, verificar a legalidade de legitimidade e da economicidade dos atos contábeis financeiros, orçamentários, operacionais e patrimoniais da administração direta e indireta da União". Conceito este que, obviamente, estende-se aos estados-membros através das Assembléias Legislativas.

Logo, o Legislativo deve reservar-se ao direito de preservar a competência sobre o controle externo, pois trata-se de uma das conquistas seculares, pela qual firma sua autonomia e expressão de vontade popular.

O artigo 9º, da Lei Orçamentária, tira todo e qualquer tipo de controle que esta Casa de Leis poderá ter sobre o Orçamento do Estado. Ele afasta esta Casa de qualquer ato fiscalizatório do Orçamento de 1993, porque passa ao Poder Executivo toda a competência da execução do Orçamento, abrindo mão do controle do Poder Legislativo.

Nós, do PT, entendemos que o Projeto enviado fere o Regimento Interno desta Casa, fere a Constituição Estadual. E fere a Constituição Federal.

Por isso, nós, no que diz respeito à constitucionalidade, votaremos contrário e pediríamos destaque a uma Emenda apresentada pela Bancada, que visa corrigir esta inconstitucionalidade. E pedimos apoio aos Senhores Deputados àquela Emenda que, no momento oportuno, faremos o Encaminhamento da Votação.

Por isso, agora, o voto contrário da Bancada do Partido dos Trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE (**Aníbal Khury**) - Em votação o Projeto de Lei 262/92. **APROVADO.**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 370/92, de autoria do Deputado Lourenço

Fregonese, institui normas para venda de óleos combustíveis em lojas, supermercados, etc., e dá outras providências. Com PARECER FAVORAVEL da C.C.J..

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Mário Bezerra, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei nº 370/92.

Aprovado.

Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) Sessões, do Projeto de Lei nº 370/92.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 369/92, de autoria do Deputado Severino Félix, que declara de Utilidade Pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - A.P.A.E.", com sede e foro na Cidade de Sapopema, Paraná. Com PARECER FAVORAVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 365/92, de autoria do Deputado Antônio Costenaro Neto, que declara de Utilidade Pública a "Creche Criança Feliz", com sede e foro no Município de Fênix. Com PARECER FAVORAVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 364/92, de autoria do Deputado Nilton Barbosa, requer outorga de Título de Cidadania Honorária ao Doutor Karam Abou Saab. Com PARECER FAVORAVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - Senhor Presidente, o voto contrário da Bancada do PT.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Registrado o voto contrário da Bancada do PT.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 353/92, de autoria do Deputado João Arruda, autoriza doação de terrenos que especifica para o município de Francisco Beltrão. Com PARECER FAVORAVEL da C.C.J., C.T.I.C.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 345/92, de autoria do Deputado Nilton Barbosa, concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor Mário Pereira, Secretário de Estado dos Transportes. Com PARECER FAVORAVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo, com votos contrários da Bancada do PT.**

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - Correto, Senhor Presidente. Pelas justificativas já

apresentadas na Sessão anterior, ~~nosso voto~~ contrário ao Projeto que dá o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor Mário Pereira.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 292/92, de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de Utilidade Pública o "Conselho de Segurança de Guaratuba", com sede e foro na Cidade de Guaratuba. Com PARECER FAVORAVEL da C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 291/92, de autoria do Deputado Elio Lino Rusch, que declara de Utilidade Pública a "APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais", de Corbélia, Pr. Com PARECER FAVORAVEL da C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 280/92, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que declara de Utilidade Pública a "Fundação Cultural, Educacional e Assistencial São Marcos", com sede e foro em Cascavel. Com PARECER FAVORAVEL da C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - Voto Contrário da Bancada do PT, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Devidamente registrado.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 208/92, de autoria do Deputado Erondy Silvério, que declara de Utilidade Pública o "Paraná Clube", com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORAVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - Também voto contrário. Pedimos que seja registrado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Devidamente registrado.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 312/91, de autoria do Deputado Algaci Túlio e Deputada Emilia Belinati, que regulamenta o artigo 205 da Constituição Estadual, que destina 2% (dois por cento) da receita tributária do Estado, para o fomento da pesquisa científica e tecnológica. Com PARECER FAVORAVEL da C.C.J.. **EMENDAS DE PLENÁRIO de 01 à 11 com PARECER da C.C.J., apresentando SUBSTITUTIVO GERAL.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

O nobre Relator, após ter constatado vícios sensíveis no bojo do Projeto, pode-

ria ter apresentado emenda esclarecedora, conforme fez o Deputado Mário Bezerra.

Portanto nosso relato mensal é favorável às modificações apresentadas pelo Deputado Bezerra, após o que o Projeto com respectiva emenda, estará em condições de ser apreciado pelo Plenário.

Sala das Comissões, em 26.11.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 312/91

VOTO EM SEPARADO

Os nobres Parlamentares Emilia Belinati e Algaci Túlio propõem Projeto de Lei Complementar, visando regulamentar o art. 205 da C.E., e que destina 2% da receita tributária do Estado para o fomento da pesquisa científica e tecnológica.

De acordo com o art. 51, § 7º - do Regimento Interno, este Parlamentar apresenta Voto em Separado, por discordar do Parecer Contrário do douto Relator, Deputado Durval Amaral.

Para tanto apresenta as seguintes contra-argumentações diante das Preliminares apresentadas:

1) Quanto ao procedimento legislativo que deve seguir a presente Proposição, ocorreu que os órgãos por onde tramitam os Projetos, a denominavam como Projeto de Lei Complementar, e são nos autos do Projeto é que não constava a denominação correta.

Acreditamos, portanto, que a questão está dirimida e em função disto a Proposição deverá receber o procedimento legislativo que lhe cabe.

2) Quanto a segunda preliminar levantada, propomos a supressão da expressão "...autarquia de regime especial, com personalidade pública, capacidade de auto-administração, inclusive autonomia financeira e finalidades específicas definidas nesta..." deixando a criação do órgão para o Poder Executivo e sanando, assim, a questão suscitada, cabendo a esta Casa de Leis só a regulamentação do supracitado art. da Constituição.

3) No final do seu Parecer, o Douto Relator argumentou que o Estado já havia contemplado no Projeto de Orçamento para 1992, os recursos para este fim. Isto não basta, pois os Constituintes Estaduais foram claros em sua intenção, deixando expresso que estes recursos devem ser geridos por órgão específico. Para tanto, deve ser regulamentado o Art. 205, e são posteriormente estes recursos podem ser usados.

Curitiba, quarta, em 09.12.92

O que consta na proposta de Orçamento para 1992 é uma vinculação constitucional, devendo obrigatoriamente constar em Orçamento.

Não podemos deixar de cumprir com nossas atribuições Parlamentares; devemos votar as regulamentações da Constituição, sem evasivas e sem nenhuma pressão.

O Paraná está atrasado mais de 20 anos na área da Ciência e tecnologia e não pode esperar mais, devendo ser considerado de extrema urgência e relevância a matéria em análise.

4) Sanadas as inconstitucionalidades levantadas pelo Relator, não encontramos vícios para a tramitação do presente. Para tanto meu voto é contrário ao Parecer, opinando pela constitucionalidade do presente e sua aprovação imediata.

Outrossim, tendo em vista o entendimento antes expendido, oferecemos à apreciação desta douta Comissão, a seguinte emenda modificativa ao artigo 1º da proposta legislativa.

O artigo 1º do Projeto de Lei Complementar nº 312/91, passará a ter a seguinte redação:

"Art. 1º - Ao Conselho Estadual da Ciência e Tecnologia do Paraná - CONCITEC, compete o estabelecimento das diretrizes e formulação da política estadual de fomento à pesquisa científica e tecnológica."

Voto favorável pela aprovação e constitucionalidade.

Sala das Comissões, em 26.11.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

MÁRIO BEZERRA - Relator

Sobre o referido Projeto, Subemendas de Plenário em nº de 02 (duas) de autoria dos Senhores Deputados Orlando Pessuti e Ernani Pudell, Doutor Rosinha e Ovídio Constantino, nos seguintes termos:

SUBEMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENARIO A EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL

CAPÍTULO I DO CONSELHO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ - CONCITEC

Art. 1º - Ao Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia do Paraná - CONCITEC compete o estabelecimento das diretrizes e formulação da política estadual de fomento à pesquisa científica e tecnológica.

Art. 2º São atribuições do CONCITEC a promoção e o amparo aos projetos de pesquisa básica e tecnológica e de desenvolvimento tecnológico, com o objetivo de contribuir para o progresso social e econômico do Estado do Paraná.

Art. 3º - Para consecução de seus objetivos, o CONCITEC pode celebrar convênios e contratos com entidades ou órgãos públicos e pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiros, observada a legislação específica.

Art. 4º - O CONCITEC tem a seguinte composição:

I - Oito (8) representantes do Poder Executivo, indicados pelo Governador do Estado, dentre eles o titular da Pasta à qual está diretamente afeta a ciência e a tecnologia na qualidade de membro nato.

II - Dois (02) membros da comunidade tecnologia, indicados pelo Centro de Integração de Tecnologia do Paraná.

III - Dois (02) membros da comunidade científica, indicados pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, Secretaria Regional do Paraná.

IV - Dois (02) membros da comunidade empresarial, indicados pela Federação das Indústrias do Paraná FIEP, da Federação da Agricultura do Estado do Paraná FAEP.

V - Dois (02) membros da comunidade trabalhadora, um (01) indicado pela Federação dos Trabalhadores na Indústria do Estado do Paraná (FITIEP) e (01) indicado pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná (FETAEP).

Parágrafo Único - Todos os membros indicados deverão ter reconhecida competência científica e tecnológica.

Art. 5º - Os representantes indicados serão nomeados conselheiros por decreto do Governador do Estado, para um mandato de quatro (04) anos.

§ 1º - Cinquenta por cento (50%) do Conselho renovar-se-á a cada período de dois anos.

§ 2º - O CONCITEC poderá ser convocado pelo Presidente ou por um terço de seus membros.

CAPÍTULO II

ORGANIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DO CONCITEC

Art. 6º - O CONCITEC é vinculado à Secretaria de Estado à qual está diretamente afeta a função da ciência e tecnologia.

Art. 7º - O CONCITEC reger-se-á por estatuto próprio aprovado pela maioria absoluta de seus conselheiros e por decreto do Governador, fixando suas atribuições específicas e competência.

Art. 8º - O CONCITEC é constituído por um conselho deliberativo, uma diretoria e uma assessoria técnico-científica.

Art. 9º - Integram o conselho delibe-

rativo todos os membros nomeados na forma prevista no art. 4º desta Lei.

Art. 10 - A diretoria é composta pelo Presidente, vice-Presidente, Diretor Administrativo-Financeiro e Diretor Técnico-Científico.

§ 1º - Os cargos de presidente e vice-presidente da diretoria são privativos do presidente e vice-presidente do Conselho Deliberativo.

§ 2º - Os cargos da diretoria são de nomeação do Governador do Estado, indicados em listas triplices elaboradas pelo Conselho Deliberativo.

§ 3º - A diretoria é formada para cumprir mandato de dois (02) anos.

Art. 11 - A assessoria técnico-científica, será formada exclusivamente por consultores "ad hoc", indicados pelo Conselho Deliberativo.

CAPÍTULO III

DOS RECURSOS DO CONCITEC

Art. 12 - O CONCITEC é gestor dos recursos derivados da parcela mensal da receita tributária do Estado, conforme o disposto no Art. 205, da Constituição do Estado do Paraná, e recursos de outras fontes, além daqueles decorrentes do Art. 3º desta Lei.

Art. 13 - As despesas administrativas do CONCITEC, inclusive de pessoal, não poderão ultrapassar 2% (dois por cento) do seu orçamento.

Art. 14 - O Fundo Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná - FUNCITEC, criado pela Lei nº 8.387, de 15 de outubro de 1986, é subordinado ao CONCITEC, que é o gestor de seus recursos.

Parágrafo Único - AO FUNCITEC será destinada dotação anual equivalente a, no mínimo 2% (dois por cento) da receita tributária do Estado, consignada no Orçamento assim escalonada:

- a) no exercício de 1993, 0,5% (meio por cento);
- b) no exercício de 1994, 1% (um por cento);
- c) no exercício de 1995, 1,5% (um e meio por cento);
- d) no exercício de 1996 e seguintes, 2% (dois por cento).

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 15 - Dos Recursos derivados da parcela da receita tributária do Estado, no mínimo 50% (cinquenta por cento) deverão ser aplicados nas instituições de pes-

quiza vinculadas ao Governo do Estado, prevalecendo esta distribuição nos quatro primeiros anos, contados da data da vigência desta Lei.

Art. 16 - É vedado ao CONCITEC criar ou manter órgãos próprios de pesquisa e assumir encargos administrativos de outras instituições de pesquisa científica e tecnológica.

Art. 17 - As funções de conselheiro diretor e consultor são honoríficas, não lhes cabendo qualquer espécie de gratificação ou remuneração a qualquer título.

Art. 18 - O primeiro conselho deliberativo será composto por oito (08) membros com mandato de quatro (04) anos, nomeados na forma prevista nesta Lei.

Art. 19 - Os recursos do FUNCITEC criado pela Lei 8.387, de 17 de outubro de 1986, serão depositados no Banco do Estado do Paraná - BANESTADO, em conta especial, sob a denominação "Fundo Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná - FUNCITEC".

Art. 20 - A reunião de instalação do CONCITEC deverá ser realizada no prazo máximo de noventa (90) dias, contados da data da publicação desta Lei, e seus estatutos deverão ser discutidos e aprovados até trinta (30) dias decorridos da data de sua instalação.

Art. 21 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.12.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

Apoio: Renato Adur, Plauto Miró Guimarães e Domingos Carvalho.

JUSTIFICATIVA:

A regulamentação do art. 205 da Constituição Estadual, que prevê 2% da receita tributária do Estado para o fomento da ciência e tecnologia, reflete os interesses da sociedade paranaense e significa um grande avanço para o desenvolvimento científico e tecnológico do Paraná.

A emenda proposta busca adequar o texto do projeto de lei ao preceito constitucional, bem como ajustá-lo à real disponibilidade financeira do Estado.

No que diz respeito à paridade de representação entre o Poder Executivo, de um lado, e as comunidades científica, tecnológica, empresarial e trabalhadora, o substitutivo baseou-se no parecer técnico (em anexo) do professor Antonio José Sandmann, titular de Língua Portuguesa da UFPR e revisor gramatical junto à Comissão de Redação da Constituição do Estado do

Paraná.

Quanto à vinculação do órgão gestor do Fundo Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná - FUNCITET, o Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia - CONCITEC, entende-se a necessidade de vinculá-lo a um órgão do governo, tal como todos os conselhos da administração estadual, neste caso à Secretaria de Estado à qual esteja diretamente afeta a função ciência e tecnologia.

As políticas e ações governamentais na área de ciência e tecnologia devem ser compatíveis com as diretrizes e programa de governo, além de se adequarem aos níveis de arrecadação da Receita Tributária do Estado. Nesse sentido, tendo em vista o volume de recursos correspondentes ao percentual do 2% (dois por cento), justificase a gradação de três anos até se atingir o montante previsto, a fim de ajustar este programa aos demais dispêndios do governo do Estado.

SUBEMENDA DE PLENARIO,
AO SUBSTITUTIVO GERAL,

AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 312/91

Substitua-se os incisos IV e V do art. 4º do Substitutivo em epígrafe, pela seguinte redação:

"IV - Quatro membros da comunidade patronal, indicados por entidades empresariais.

V - Quatro membros da comunidade trabalhadora, indicados por um fórum que congregue suas entidades de classe."

Sala das Sessões, em 09.12.92.

(aa) ERNANI PUDELL

DOUTOR ROSINHA

OVIDIO CONSTANTINO

Apoio: Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins.

JUSTIFICATIVA:

A emenda em questão visa assegurar a representação das entidades classistas, de forma geral; não restringindo, assim, a determinadas instituições. Pois, estas podem ser extintas ou terem alteradas as suas finalidades, no futuro, ficando então os aludidos segmentos da sociedade civil sem assento no Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia do Paraná - CONCITEC.

O Projeto retorna à Comissão competente.

Emenda da Bancada do PT. Também vai à Comissão competente.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 565/91, de autoria do Deputado Lourenço Fregonese, que sujeita à prévia autorização do Poder Público a prática de esportes náuticos no Litoral Paranaense. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.E.C.E., C.S.P. e C.T... **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 592/91, de autoria do Poder Executivo-Mensagem nº 145/91, que objetiva criar os meios institucionais ao funcionamento e gestão do sistema previdenciário dos servidores públicos do Estado do Paraná, conforme específica. Com pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F.. SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J. AS EMENDAS 1, 7, 22, 71, 77, 8, 26, 36, 47, 72, 74, 78, 5, 25, 43, 69, 81, 13, 50, 51, 64, 80, 10, 20, 48, 73, 79, 3, 39, 67, 76, 2, 54, 19, 28, 46, 82, 83, 16, 31, 56, 18, 23, 37, 57, 58 e 63. PELO ACATAMENTO PARCIAL DAS EMENDAS Nºs 14, 15, 21 e 29 e PELA REJEIÇÃO DAS EMENDAS nºs 11, 12, 53, 9, 49, 60, 41, 66, 4, 34, 42, 68, 6, 45, 70, 30, 24, 17, 32, 33, 35, 40, 44, 52, 55, 59, 61, 62, 65, 38 e 75.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 592/91

PARECER GERAL SOBRE AS

EMENDAS DE Nº 01 a 83.

Com fundamento na disposição constante do § 9º, do art. 51, do Regimento Interno, dividem-se as emendas em parcelas, agrupadas, na medida do possível, por conexão de assuntos objetivados, sendo tais parcelas distribuídas aos relatores parciais, cujos pareceres são acatados e, para uniformização do parecer geral e após discussões com vistas à consensualidade em torno das emendas, é exarado o presente parecer que, baseado na norma do § 4º, do art. 50, do Regimento Interno, foi redigido nos seguintes termos:

1. Acatam-se as emendas nºs 1, 7, 22, 71 e 77 para excluir do § 2º, do art. 69 do Substitutivo Geral as expressões: "com exceção da estabilidade e ingresso em carreiras", restando, portanto, a seguinte redação:

"§ 2º Aplicar-se-á aos servidores referidos neste artigo, a Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970."

A presente modificação justifica-se, entre diversos argumentos, exclusivamente em disposições constitucionais. De um lado, estabelece o art. 41, da Constituição Federal, que a estabilidade do servidor só é adquirida após dois anos de efetivo exercício, aos nomeados em virtude de concurso público. Portanto, torna-se inconstitucional qualquer ato contrário à norma citada, que tenda a instituir a estabilidade funcional extra-requisitos. Por outro lado, a própria Constituição Federal, no art. 19, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, cuida de excepcionar a regra geral, dotando um grupo determinado de servidores, regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, de es-

tabilidade no serviço público, inclusive determinando-lhes uma modalidade de concurso diferenciada da regra geral.

Do exposto decorre que a cláusula excepcionadora constante da redação anterior do dispositivo modificado, no que refere ao instituto da estabilidade, é absolutamente despicienda.

Quanto ao aspecto referente ao ingresso em carreiras, não oferece qualquer vantagem de ordem prática, principalmente na órbita do Poder Executivo. Lá existe um quadro único de pessoal, que confere tratamento absolutamente isonômico no que tange a classes, referências, denominação de funções e, até, quanto à remuneração, de forma que excluída a única diferenciação atualmente existente - o regime jurídico - estão todos eles na mesma carreira. Diga-se de passagem, que tal metodologia organizacional deveria ser copiada pelos outros Poderes.

2. Pelo acatamento das emendas nºs 8, 26, 36, 47, 72, 74 e 78, para dar ao artigo 69 e §§, a seguinte redação:

"Art. 69 - Os atuais servidores da administração direta e das autarquias, ocupantes de empregos com regime jurídico definido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, gozarão de estabilidade, tendo seus empregos transformados em cargos públicos, sob regime jurídico único, incluindo um plano de cargos e salários, mensagem esta que deverá ser remetida para esta Casa de Leis no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

§ 1º - Os ocupantes de empregos temporários não se incluem no regime desta lei.

§ 2º - Aplicar-se-á aos servidores referidos neste artigo, a Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970".

3. Pelo acatamento das emendas nºs 5, 25, 43, 69 e 81, passando o inciso I, do art. 55, do Substitutivo, a vigor com a seguinte redação:

"I - planos de custeio, de aplicação de recursos e patrimônio e orçamento-programa".

4. As emendas nºs 13, 50, 51, 64 e 80 são acatadas, propondo-se a inclusão de artigo, após o art. 69, com a seguinte redação:

"Art. O Estado do Paraná, a partir da vigência desta lei, deverá liberar as guias de movimentação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, aos servidores que tiveram seus empregos transformados em cargos, na forma do artigo anterior".

5. As emendas nºs 10, 20, 48, 73 e 79 são acatadas, propondo-se a inclusão de artigo, no Capítulo III - Das Disposições

Gerais e Transitórias, com a seguinte redação:

"Art. O Estado do Paraná, através do seu Tesouro, é responsável subsidiariamente pelos encargos financeiros dos benefícios previdenciários de que trata a presente lei, assegurando a manutenção do Poder aquisitivo de todas as pensões, aposentadorias e demais benefícios."

6. As emendas n°s 14, 15, 21 e 29 merecem acatamento parcial, para conferir ao inciso I, do art. 24, a seguinte redação:

"I - na qualidade de ativos, os servidores civis ou militares dos órgãos da administração pública estadual direta e autárquica de todos os Poderes, os serventuários da Justiça remunerados pelos cofres públicos e os ocupantes de cargos em comissão quando servidores públicos."

7. Acatadas as emendas n°s 3, 39, 67 e 76, para incluir o inciso V, no art. 37, com a seguinte redação:

"V - as contribuições sindicais e associativas autorizadas pelos servidores."

8. Acatadas as emendas n°s 2 e 54, restando ao art. 38, a seguinte redação:

Art. 38 - Os proventos da aposentadoria e a remuneração dos pensionistas serão revistos, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos mesmos quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes de transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria."

9. Pelo acatamento das emendas n°s 19, 28, 46 e 82, para dar ao art. 68 a seguinte redação:

"Art. 68 - O Estado do Paraná instituirá, dentro de 60 (sessenta) dias da vigência desta lei, um plano complementar ao Sistema Único de Saúde - SUS, através de seguro-saúde.

§ 1° - Para custeio de tal atividade, serão destinados pelo Estado recursos de 2% (dois por cento) dos valores creditados em folha de pagamento dos servidores ativos, inativos e pensionistas.

§ 2° - Os servidores abrangidos pelo plano complementar poderão ser prestados pelo Instituto de Previdência do Estado - IPE, na forma prevista por este artigo.

§ 3° - As eventuais complementações extraordinárias serão custeadas pelo servidor que as utilizar."

10. Acatamento da emenda n° 83, ficando o § 2°, do art. 57, com a redação que segue:

"§ 2° - A taxa de administração da carteira não será superior a 0,5% (meio por cento), calculado sobre seu valor real".

11. Pelo acatamento da emenda n° 16, para dar ao art. 47, a seguinte redação:

"Art. 47 - A contribuição do Estado é constituída de recursos oriundos do orçamento e é calculada mediante a aplicação da alíquota mínima de 10% (dez por cento) sobre o valor total bruto da folha de pagamento dos servidores ativos e inativos, observada a ressalva contida no inciso IV do art. 46."

12. Acatamento da emenda n° 31, pelo que os artigos 48 e 50, passam a vigor, respectivamente, com as seguintes redações:

"Art. 48 - A contribuição de que trata o artigo anterior será recolhida mensalmente ao Fundo de Previdência do Estado, concomitantemente ao crédito em folha de pagamento, em cada mês de competência."

"Art. 50 - A contribuição dos segurados será descontada compulsoriamente pelos setores encarregados do pagamento do pessoal, e recolhida de imediato ao Fundo de Previdência do Estado no mês de competência."

13. Acatamento da emenda n° 56, para suprimir do art. 54, seu inciso IV.

14. Pelo acatamento da emenda n° 18, para dar ao art. 60, a seguinte redação:

"Art. 60 - Os proventos dos atuais inativos, bem como daqueles que vierem a se aposentar antes do prazo previsto no art. 61, correrão por conta do Tesouro do Estado."

15 - Ainda, no uso das faculdades cometidas pelo § 4°, do art. 50, do Regimento Interno, propõe-se à inclusão de artigos no substitutivo, com as seguintes redações:

"Art. ... - As despesas de pessoal e de custeio do Instituto de Previdência do Estado - IPE, correrão à conta da dotação orçamentária da Secretaria de Estado da Administração - SEAD."

"Art. ... - Os proventos de aposentadoria dos membros da carreira da Magistratura, do Ministério Público e Conselheiros do Tribunal de Contas, que contem com tempo de serviço efetivo inferior ao prazo previsto no art. 14, desta lei, observadas as disposições do art. 17, serão devidos proporcionalmente ao tempo de contribuição para este regime previdenciário, devendo a complementação correr à conta da dotação orçamentária própria do Poder pertinente."

16 - São acatadas em bloco, sem modificação em suas respectivas redações, as emendas n°s 23, 37, 57, 58 e 63.

17 - Propõe-se, por fim, a rejeição, em bloco, das seguintes emendas: 11, 12, 53, 9, 49, 60, 41, 66, 4, 34, 42, 68, 6, 45, 70, 30, 24, 17, 32, 33, 35, 40, 44, 52, 55, 59, 61, 62, 65, 38 e 74.

Sala das Comissões, em 03.12.92.

(a) ERONDY SILVERIO
Presidente e Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N° 592/91

P A R E C E R:

De conformidade com o Regimento Interno desta Casa, foram encaminhadas a esta Comissão 83 Emendas apostas ao acima citado projeto de lei. As devidas Emendas foram anteriormente analisadas pela Comissão de Constituição e Justiça, recebendo desta o seguinte parecer: Pelo acatamento total das Emendas n°s 1, 7, 22, 71, 77, 8, 26, 36, 47, 72, 74, 78, 5, 25, 43, 69, 81, 13, 50, 51, 64, 80, 10, 20, 48, 73, 79, 3, 39, 67, 76, 2, 54, 19, 28, 46, 82, 83, 16, 31, 56, 18, 23, 37, 57, 58 e 63; pelo acatamento parcial das Emendas n°s 14, 15, 21 e 29; e pela rejeição das Emendas n°s 11, 12, 53, 09, 49, 60, 41, 66, 04, 34, 42, 68, 06, 45, 70, 30, 24, 17, 32, 33, 35, 40, 44, 52, 55, 59, 61, 62, 65, 38 e 75.

Ao procedimento de sua análise, por esta Comissão, encontramos aspectos meritórios, os quais nos convencem da importância do acatamento das emendas aprovadas.

Assim sendo, esta Comissão de Finanças posiciona-se igualmente, pelo entendimento da Comissão de Constituição e Justiça na forma por ela apresentado.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 08.12.92.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
DIRCEU MANFRINATO - Relator

Em votação.

O SR. PAULO MAIA - Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Há emenda de Plenário.

A Presidência acha conveniente a suspensão dos trabalhos por...

Se as galerias continuarem a se manifestar, vou determinar a evacuação.

A suspensão dos trabalhos por 15 minutos, para que os Srs. Deputados possam conversar.

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, eu acredito que o entendimento havido entre as lideranças Partidárias e

lideranças sindicais não podem ser alterados neste momento.

Por isso, este Substitutivo mereceria uma discussão mais aprofundada, junto com aqueles que acordaram desde o primeiro momento. E não apenas dos Deputados que compõem o Plenário desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O projeto está na parte da votação. V.Exa. não concorda com a suspensão.

Então vamos...

(vozes paralelas)

O SR. PAULO MAIA - Não concordo com o encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - V.Exa. está com a palavra para encaminhamento de votação.

O SR. PAULO MAIA (Para Encaminhar) - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Havíamos nos preparado nesta tarde, para dar inclusive um voto de apoio a uma iniciativa inédita que acontece a nível dos partidos políticos que compõem esta Casa, o Governo do Paraná quando dava demonstração de abertura para discussão através de um diálogo franco e aberto a respeito desta questão que é o Fundo de Previdência do Estado do Paraná.

(Lê):

"Na nossa visão devem ser apreciados e votados hoje o Substitutivo Geral do Projeto de Lei 592 e suas emendas resultantes do acordo entre as entidades sindicais, lideranças das bancadas partidárias com assento nesta Casa e agentes políticos representantes do Poder Executivo.

Este projeto só chega hoje ao Plenário a partir de uma efetiva abertura das partes e uma composição negociada dos seus termos, embora pelos servidores sempre houvesse a disposição e intenção da utilização do instrumento da negociação. Talvez seja esta a oportunidade de romper-se uma barreira importante no desenvolvimento do gerenciamento dos recursos humanos do Estado ao adotar-se a composição negociada, sem preconceitos, das medidas que digam respeito aos mais de 150 mil servidores do Estado. Ficou plenamente demonstrado que, com o diálogo e a negociação, os ajustes necessários e legítimos da máquina administrativa são bem-vindos e compartilhados pelos servidores.

Cabe agora, após apreciação, votação e aprovação daqueles termos acordados para a existência do Fundo de Previdência, ao Governador Roberto Requião demonstrar que evoluiu em sua forma de conceber a prática do Governo. Deve ele, a par do amplo acordo que mobilizou partes legítimas e capa-

zes, inclusive com a participação de prepostos do próprio Poder Executivo, referendar o avençado, sancionando o projeto de lei na forma que sair aprovado deste Plenário e conforme discutido entre Lideranças partidárias e Sindicais.

Dentre as várias entidades sindicais, a APP-Sindicato apenas ainda diverge acerca do valor da alíquota a ser descontada dos servidores de 8% para 10%, os demais pontos de pauta foram todos aceitos por ambas as partes. As entidades sindicais, por sua vez, postaram-se neste acordo como interlocutores legítimos e demonstraram maturidade através de proposições que expressam preocupação com a qualidade dos serviços públicos prestados à população paranaense, pedindo em contrapartida apenas um tratamento digno e que se lhes prestigie a função.

A utilização unilateral da prerrogativa de ditar a forma de gerenciamento dos recursos humanos do Estado, privou o Governo de um auxílio relevante daqueles que vivem o cotidiano do serviço público e podem sugerir medidas efetivas de aperfeiçoamento, enxugamento e modernização da máquina administrativa, o que pode ser conquistado através da implementação de negociações coletivas permanentes.

O Governo do Estado, como dito, não deve fugir de suas responsabilidades, como fez, até agora em relação ao pagamento de seus débitos para com o IPE. Deve cumprir o acordo de arcar com a sua parcela de ônus prevista neste Fundo de Previdência e no interstício de 180 dias para regulamentação desta lei deve estar aberto ao diálogo, à negociação dos termos desta regulamentação com as entidades sindicais representativas dos servidores e aberto à participação fiscalizadora da sociedade civil organizada, através de entidades que assim se prontificarem e desta própria Assembléia Legislativa. O Governo há de ter transparência e consciência de que o Estado deve ser instrumento da sociedade, estando a ela submetido, abrindo em seu interior espaços para a atuação fiscalizadora por parte dos entes organizados desta sociedade, pois caso contrário expressa só autoritarismo e arbítrio.

Convido o Governo do Estado a fazer-se efetivamente democrático e determinar uma forma negociada aos termos da regulamentação deste Fundo de Previdência.

As entidades sindicais dos servidores quero alertar para a necessidade de mobilização para que estes termos não venham conflitar com os seus interesses ou com o interesse da população a qual servem. Alerto para a necessidade de uma discussão aprofundada acerca da possibilidade da própria extinção dos quadros próprios, que se vislumbra no texto aprovado para o ar-

tigo 69 e que prevê apenas "um plano de cargos e salários", quando a Constituição Federal fala em "Planos de carreira", ou seja, permitindo a manutenção de quadros que prestigiem as especificidades, por exemplo, das categorias do Magistério, da Polícia e da Saúde.

Muitas falhas, inclusive inconstitucionalidade, ainda existem no projeto a ser aprovado, muitas delas serão avaliadas pelo Poder Judiciário ou serão objeto de revisão pelo Poder Legislativo. De bom está a oportunidade do Governo demonstrar seu conteúdo democrático e respeitar o acordo de qual participou - esperamos para ver."

E para isto estamos nesta tribuna, neste momento. Por que colocamos a nossa discordância, Sr. Presidente, quanto ao encaminhamento, neste momento, através da Mesa? Não para discordar do encaminhamento da Mesa, mas para discordar, porque se fizermos isso neste Plenário, aceitando o Substitutivo Geral de Plenário sem discussão com as entidades sindicais representativas dos servidores, nós estaremos nos traindo, estaremos dizendo uma falsidade aos momentos e às horas em que estivemos discutindo o que era de interesse da nossa parte e o que era de interesse do Governo do Estado.

Lá fizemos um acordo, lá concordamos que neste Plenário, hoje, se votaria o parecer do nobre Relator o nosso companheiro Presidente da C.C.J., Deputado Erondy Silvério. E eu creio que votar de forma diferente hoje, neste Plenário, de afogadi-lho, representa um assalto ao princípio da negociação. Representa um assalto à democratização do processo de negociação coletiva como se vê demonstração nesta Casa.

Por isso eu creio que a responsabilidade de cada partido, aqui representado é de dizer não a este tipo de postura, apresentar o substitutivo geral, nesta oportunidade, quando as emendas eram aceitas apenas em 2ª discussão é fugir aos princípios de democracia, inclusive estabelecidos dentro da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Por isso em nome da Bancada, em nome de Algaci, Emilia, Cezar Silvestri, Albino Corazza, nós estaremos votando contrário a esta postura que representa a traição da discussão, que representa a traição da negociação, porque o que nós acordamos, acordamos conjuntamente, por unanimidade e estávamos preparados para, nesta sessão, votarmos desta forma, votar em cima do acordo, votar em cima daquilo que democraticamente todos os Partidos, indistintamente, acordaram e ficaram de trazer para este Plenário!

Por isso a nossa posição contrária

neste momento e a nossa sugestão à Mesa é de que não aceite neste momento este Substitutivo Geral que vai representar nada mais nada menos do que trair a confiança de todas as lideranças que não tiveram a oportunidade, poderia ou poderá estar completo, mas trai a negociação que fizemos anteriormente!

Era a nossa posição.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Sr. Presidente, eu quero fazer um requerimento à Mesa: esse projeto foi exaustivamente discutido com lideranças, entidades sindicais, muitos pontos foram acordados. Aparentemente até um projeto de consenso e nos causa estranheza chegar assim, em cima da hora um Substitutivo de Plenário para que nós possamos apreciar, sem ao menos ter tempo de ler e conferir o que está escrito nesse substitutivo.

Então eu faço um requerimento a V.Exa., Sr. Presidente, para que suspenda a sessão por uns 20 minutos, para que nós possamos dar uma lida nesse substitutivo de plenário e aí apreciarmos a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sessão suspensa por 30 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está reaberta a sessão.
Com a palavra Deputado Cleiton Kielse.

O SR. CLEITON KIELSE - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Senhora Deputada.

Entre meio a sessão, com satisfação, comunico a presença do Excelentíssimo Presidente da Câmara do Estado da Flórida e Diretor do Centro de Responsabilidade Governamental, Doutor Jon Mill; e o Chanceler Para Negócios Públicos e Relações Inter-Governamentais, Doutor Wiliann Shade, que estão em visita ao Estado do Paraná numa tentativa de convênio entre o Estado, a Assembléia Legislativa e órgãos vinculados.

Teremos em seguida uma reunião, a qual convido os Srs. Deputados a participarem no Plenarinho desta Casa de Leis, aonde iremos expor os projetos já em vigência e os projetos em andamento sobre ecologia e meio ambiente.

Muito obrigado, e agradeço a presença dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não há sinal da fumacinha.

Transfiro a votação para a sessão de amanhã com a publicação em avulso, que será destinado aos Srs. Deputados.

Sobre a mesa, requerimento nº 2041, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. **Aprovado.** A Dire-

toria Legislativa.

Requerimento nº 2021, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2040, de autoria do Sr. Deputado Domingos Carvalho, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2020, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2023, de autoria do Deputado João Arruda, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2053, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, com apoio dos Srs. Deputados Geraldo Cartário, Nilton Barbosa, Oswaldo Trevisan e demais Srs. Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2052, de autoria do Sr. Deputado João Arruda, com apoio dos Srs. Deputados Albino Corazza, Algaci Túlio, Nelson Garcia e demais Srs. Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2019, 2018, 2017, 2016, 2015, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2014, de autoria do Sr. Deputado Nelson Garcia, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2022, de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2025 e 2026, de autoria do Sr. Deputado Eurides Moura, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2027, de autoria do Sr. Deputado Oswaldo Trevisan, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2030, de autoria do Sr. Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2032 e 2031, de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constantes do expediente. **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2037, de autoria do Sr. Deputado Paulo Maia, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2043, de autoria do Sr. Deputado Albino Corazza, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata.)

Requerimento nº 2049, de autoria do Sr. Deputado Cezar Silvestri, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2044, de autoria do Sr. Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **Publique-se como se tivesse lido no expediente. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).**

Requerimento nº 2045, de autoria dos Srs. Deputados Nelson Garcia, Costenaro Neto, Plauto Miró Guimarães e demais Srs. Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2047, de autoria do Sr. Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2054, de autoria do Sr. Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. **Deferido.**

Requerimento nº 2055, de autoria do Sr. Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. **A consideração do Sr. Presidente.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 10, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 592/91, 298/92.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei Complementar nº 125/92 e do Projeto de Lei nº 262/92.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 392/92, 400/92, 401/92, 402/92, 404/92, 405/92, 406/92, 415/92, 416/92, 417/92, 420/92 e do Projeto de Decreto Legislativo nº 009/92.

Levanta-se a sessão.

Transcrições:

MATERIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ALBINO CORAZZA, EM SESSÃO DO DIA 09 DE DEZEMBRO DE 1992.

"Relatório de Atividades do Bloco Parlamentar Municipalista"

- 21.05.91 - Instalação Oficial do Bloco Parlamentar Municipalista.
- 11.06.91 - Escolha do primeiro coordenador do Bloco.
- 18.06.91 - Reunião de trabalhos:

- distorções do ICMS
- dívida dos municípios com INSS
- transporte escolar nos municípios
- 26.06.91 - Reunião de trabalhos:
- Secretário de Estado da Educação
- 21.08.91 - Reunião de trabalhos:
- regulamentação da Constituição: criação de distritos
- transporte escolar: emenda Deputado Caíto Quintana.
- 18.09.91 - Reunião de trabalhos:
- multas de trânsito e repasse aos municípios (Dep. Rafael).
- doação de máquinas aos municípios (Dep. Annibelli)
- prorrogação de prazo para criação de municípios
- correção de distorções do ICMS (apoio e reivindicação)
- 23.10.91 - reunião de trabalhos:
- Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano
- 11.11.91 e
- 12.11.91 - Participação no Congresso da Marcha dos prefeitos em Brasília
- 25.03.92 - Reunião de trabalhos:
- Secretário Especial de Política Habitacional
- 26.03.92 - Audiência no Supremo Tribunal: Projeto de novos municípios
- 13.05.92 - Reunião de trabalhos:
- Secretário Especial de Assuntos do Meio Ambiente
- Diretores do IBGE, ITCF, SUREHMA - Lei Beraldin
- Fundo de Participação dos Municípios."

MATERIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO NEIVO BERARDIN, EM SESSÃO DO DIA 09 DE DEZEMBRO DE 1992.

"Requer a inclusão do ofício 266/92, da Câmara Municipal de Palmas."

Subscrito pelo Vereador Josemir Avelino Mazaloti Dipp, Presidente da referida Câmara.

Ofício nº 266/92

Palmas, 07.12.92

Senhor Deputado:

Vimos através do presente, parabenizá-lo pelo seu corajoso e enfático pronunciamento, quando do uso da tribuna dessa augusta Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, para denunciar à "MARACUTAIA", que hoje existe no Transporte Coletivo Intermunicipal.

Outrossim, informamos a Vossa Excelência, que por ocasião da realização da reu-

nião do dia 30 de novembro próximo passado, estivemos presentes, nas galerias da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, e pudemos testemunhar "in loco", vossa pessoa, novamente denunciando a espoliação de nossa população e mostrando a tentativa de desmoralização de vossa pessoa, através de matéria paga em jornais deste Estado, certamente pagas pelos barões do transporte coletivo, o que nos chamou a atenção, foi sua convocação da classe, que representam toda a comunidade paranaense nessa Casa de Leis, porém surpreso com o descaso naquele momento de nossos representantes, salvo os Deputados Pudell e Bona Turra, que se manifestaram imediatamente, e se essa denúncia passar em branco, a população paranaense continuará sendo vilipendiada, e frente a omissão e impassividade de nossos representantes estaduais, deixaremos cada vez mais ricos os responsáveis por esses descabimentos.

Queremos nesse momento, hipotecar a Vossa Excelência, a nossa simpatia e soli-

dariedade, em nome da comunidade palense, para que vossa pessoa, não desista, não se intimide, prossiga nessa caminhada, imbuído do sentimento e da necessidade, que o nosso Paraná, precisa de homens de fibra e corajosos, que mereçam dizer-se representantes de uma população honesta, trabalhadora e progressista e que dêem um basta nos monopólios hoje existentes.

Avante Deputado, que Deus o ilumine e que seus Pares, entendam a responsabilidade de nos representarem e engajem-se nessa luta desleal e ponham um fim nesse desvaneio comercial, para que o nosso Paraná, possa orgulhar-se perante o Brasil.

Atenciosamente

JOSEMIR AVELINO MAZALOTI DIPP

Presidente da

Câmara Municipal de Palmas - PR

Ao

Exmo. Sr.

NEIVO BERALDIN

DD. Deputado Estadual do Paraná

Curitiba - PR